



ASL

Programa
Paisagens
Sustentáveis
da Amazônia

PROJETO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - BRASIL

(P158000 - GEF Paisagens)

RELATÓRIO DE PROGRESSO TÉCNICO-FINANCEIRO

Período

Janeiro a junho de 2022



GRUPO BANCO MUNDIAL

CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL
Brasil

FGV EUROPE

FUNBIO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

Brasília

Julho de 2022

ELABORAÇÃO E REVISÃO**Elaboração - Conservação Internacional Brasil**

Sophia Picarelli	Diretora de Soluções para o Clima
Neila Maria Cavalcante da Silva	Gerente Técnica
Cintia Segadas	Gerente de Aquisições e Contratações
Michele Rocha	Gerente de Finanças
Michele Verçosa	Gerente de Comunicação
Maria Eliene Gomes da Cruz	Coordenadora de Monitoramento
Letícia Cobello, Leuzabeth Silva e Francivane Silva	Coordenadoras Técnicas

Elaboração - FUNBIO

Fernanda Marques	Gerente de Portifólio
Fábio Ribeiro	Gerente de Projetos

Elaboração - Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Francisco Torres de Sá	Gerente Geral
Giuliano Marchini Senatore	Gerente Técnico
Cleber Lima Guarany	Gerente Estratégico
Mauricio Wanderley E. da Costa	Gerente de Aquisições e Contratações
Marcus Vinicius de Oliveira Mendes	Gerente de Projeto, Monitoramento e Avaliação
Yves Wanderley E. da Costa Netto	Coordenador de Compras
Tathiana Pereira Cabral	Coordenadora de Contabilidade
Luís Henrique Piva	Coordenador UO - Amazonas
Sara Amaro Pais	Coordenadora de Comunicação e Salvaguardas
Conrado Parreiras Horta Vieira Leal	Coordenador Administrativo-Financeiro

Leonardo José Melo Brandão

Assessor Jurídico

Andréa Cardoso Maurício Valente

Assistente de Compras

Revisão - Ministério do Meio Ambiente

Julie Messias

Diretora de Ecossistemas - Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais

João Raphael Gomes da Silva Oliveira

Gerente de Projeto

Otávio Gadiani Ferrarini

Coordenador de Projeto

Elaine Cristina Coelho

Analista Ambiental

Yriz Soares

Analista Ambiental

Valdir Filho

Diretor de Áreas Protegidas – Secretaria de Áreas Protegidas

Rosiane Pinto

Gerente de Projeto

André Schiessl

Analista Ambiental

Cristhophe Balmant

Analista Ambiental

Márcia Franceschini

Analista Ambiental

Renata Gatti

Analista Ambiental

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	6
1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. RESUMO DO DESEMPENHO ACUMULADO DO PROJETO (2018 A 1º2022).....	9
3. DESEMPENHO FINANCEIRO NO SEMESTRE	14
4. INDICADORES DE RESULTADO	24
5. DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2021	29
6. SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DO PROJETO	37
7. FATORES CRÍTICOS QUE AFETARAM O DESEMPENHO DO PROJETO.....	40
8. RISCOS E OPORTUNIDADES QUE PODEM AFETAR O DESEMPENHO DO PROJETO	41
9. SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS	45
10. LIÇÕES APRENDIDAS.....	49
11. PRÓXIMOS PASSOS	51
12. COMUNICAÇÃO.....	54
13. ANEXOS.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de desembolsado conta designada	Erro! Indicador não definido.
Figura 2 - Execução por Componente.....	12
Figura 3 - Resumo da execução financeira por categoria de gasto	13
Figura 4 - Recurso por Categoria (Cat) de Gasto no semestre	14
Figura 5 - Contrapartida aportada por ano	20
Figura 6 - Oficina de cadeia da madeira manejada e identificação de áreas que possuem demanda para elaboração de Planos de Manejo de Pequena Escala no Amazonas.....	29
Figura 7 - Curso de manejo florestal realizado pelo IDAM.	30
Figura 8 - Reforma dos laboratórios de tecnologia de produtos naturais e laboratório de tecnologia de sementes florestais	31
Figura 9 – Cartilha sobre produção de mudas de espécies florestais nativas	32
Figura 10 - Curso de regularização ambiental.....	33
Figura 11 - Produção de mudas no Viveiro da Floresta.....	34
Figura 12 - Linha do tempo do processo de elaboração do POA 3.	52
Figura 13 - Evento internacional online "Voces jóvenes de la Amazonía".	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Execução total acumulada	9
Quadro 2 - Estudo da média de câmbio período 2018 a 1ºsemestre 2022	10
Quadro 3 - Análise POA 2018-2019 e 2020-2021	10
Quadro 4 - Análise detalhada POA 2018-2019 e 2020-2021	11
Quadro 5 - Execução por Unidade Operativa.....	12
Quadro 6 - Execução financeira do período	15
Quadro 7 - Resumo execução financeira por componente.....	15
Quadro 8 - Lista de contratos assinados (comprometidos) em andamento.....	16
Quadro 9 - Contrapartida planejada e executada por UO	19
Quadro 10 - Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados finalizados	24
Quadro 11 - Resultados reportados para o semestre 2022/01.....	26
Quadro 12 - Plano de ação	43
Quadro 13 - Atividades que necessitam de licenças para realização.....	45
Quadro 14 - Potenciais impactos negativos apurados pelo formulário de salvaguardas socioambientais.	47

1. APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar os resultados da execução física e financeira da fase 1 do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil (Projeto Brasil-ASL, P158000, Acordo de Doação GEF nº TF A6056, Acordo de Doação GEF referente ao componente 1 nº TF 0A6057), referente ao período de janeiro a junho de 2022, a partir das informações sistematizadas pela Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) - Agência Executora para os Componentes 2, 3 e 4, e pelo FUNBIO - agência executora para componente 1, que é a execução do Programa ARPA. Por deter uma natureza diferenciada que remete ao ARPA que vem sendo implementado desde 2002 com duração prevista até 2039 - com mecanismos e sistemas próprios de operacionalização, monitoramento e relatoria - as informações específicas relativas ao componente 1 serão reportadas em uma seção à parte, separadamente dos demais componentes do projeto. O documento também apresenta informações iniciais da fase 2 do projeto, estabelecida pelo Acordo de Doação GEF nº TF0B6898 (Projeto ASL Fase 2) referentes ao período de junho de 2022 a junho de 2026, cuja unidade executora é a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para os Componentes 1, 2, 3 e 4.

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia - Brasil (GEF-Paisagens) constitui um dos projetos vinculados ao Programa do GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Programa ASL), que visa proteger as áreas de ecossistemas florestais amazônicos globalmente relevantes e implementar políticas para promover o uso sustentável dos recursos naturais e a restauração da cobertura da vegetação nativa na região.

O Programa ASL compreende cinco projetos nacionais associados, executados por Brasil, Colômbia (dois projetos) e Peru (dois projetos). O Projeto nacional brasileiro foi elaborado a partir das experiências de trabalho realizadas na Amazônia brasileira para fortalecer a conservação da biodiversidade, reduzir o desmatamento e melhorar os meios de subsistência das comunidades. Juntos, os projetos integrantes do Programa ASL visam manter 73.000.000 ha de terras florestais, promover o manejo sustentável em 52.700 ha e apoiar ações que ajudarão reduzir as emissões de CO₂ em 300 milhões de toneladas até 2030.

O Banco Mundial é a agência líder do programa e a agência implementadora do projeto brasileiro, enquanto WWF e PNUD são as agências implementadoras do GEF para os projetos dos outros

dois países. No projeto brasileiro, as agências executoras são o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) para o Componente 1 e a Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) para os Componentes 2, 3 e 4, da fase 1 do projeto. A Fundação Getúlio Vargas será a agência executora da fase 2 do projeto, mas os reportes sobre essa segunda fase serão iniciados apenas no próximo relatório de progresso, para o período de julho a dez de 2022.

Até o presente momento, a Fase 2 do projeto contou com atividades voltadas a estruturação do projeto, no que tange a inserção da nova agência executora e adequação de documentos diversos como o manual operacional do projeto volume IV, treinamento de aquisições para mutuários de operações de financiamento de projetos de investimento, revisão de documentos já existentes como planos de salvaguardas, estratégias de gênero, anexos de indicadores entre outros.

Para o início das atividades de execução da Fase 2, a UCP-MMA definiu um recorte territorial que inclui dois sítios Ramsar localizados no Estado do Amazonas, sendo eles o sítio Rio Negro e o sítio Juruá. Para essas duas áreas a UCP-MMA atua também como Unidade Operativa. Até a presente data foram elaboradas as fichas de demandas e o POA está em consolidação, o que permitirá a solicitação do primeiro desembolso da Fase 2. Nesse período também foram iniciados o contato com as unidades operativas referentes à fase 2, de modo embasar a elaboração do primeiro Plano de Orçamento Anual (POA1).

2. RESUMO DO DESEMPENHO ACUMULADO DO PROJETO (2018 A 1º2022) - COMPONENTES 2, 3 E 4 (EXECUÇÃO CI-BRASIL)

A pandemia do COVID-19 gerou restrições para o desempenho do Projeto, contudo, nos últimos 6 meses a execução dos componentes 2, 3 e 4 foi alavancada em 42%, em especial, na condução de ações de recuperação ambiental atendidas pelas ações de análise e retificação de cadastro ambiental rural (CAR) e aquisição de veículos para fiscalização e monitoramento.

Apesar do cenário apresentar uma melhora na execução, os desafios para cumprir com o planejamento ainda persistem, tais como a demora e dificuldade para a elaboração dos termos de referência junto à equipe técnica local das unidades operativas, o tempo gasto para condução dos processos de aquisições, a dificuldade de fornecedores e atendimento de logística para as regiões-alvo, os prazos extensos de aquisição, e a insuficiência de fornecedores que atendam regiões alvo do Projeto.

No entanto, vale ressaltar que, entre janeiro e junho de 2022, foram executados R\$ 11.723.739,77. Este desempenho mais acelerado é reflexo de efetivação de contratos de valores elevados que estavam em negociação desde o POA 1 e POA 2, agregado a um melhor fluxo de desempenho e trabalho das equipes das UOs, aquisições do Banco Mundial e de monitoramento por parte das coordenações técnicas regionais.

Conforme já indicado no último relatório de progresso, a execução está acelerando, de uma média mensal nos anos anteriores de R\$ 271 mil, para uma média de R\$ 690 mil de 2021 para R\$ 1.953.956,63 neste primeiro semestre de 2022. Isso se deve a uma forte aceleração no processo de aquisições, em especial das UOs - SFB e SEDAM RO.

Quadro 1 - Execução total acumulada

Ano	Execução Financeira	%	Média mensal execução
2017 - preparação	R\$ 398.659,71	1%	R\$ 132.886,57
2018 - start novembro	R\$ 847.273,63	3%	R\$ 211.818,41
2019	R\$ 1.905.485,46	7%	R\$ 158.790,45
2020	R\$ 4.624.502,94	17%	R\$ 385.375,24
2021	R\$ 8.285.029,67	30%	R\$ 690.419,14
2022	R\$ 11.723.739,77	42%	R\$ 1.953.956,63
	R\$ 27.784.691,19		

Na visão em dólar, o total executado é de US\$ 5.304.692,04, conforme dados disponibilizados pelo sistema do Banco Mundial em 21/07/22 na linha de execução por categorias, correspondendo a uma execução global de 17% do valor total dos componentes 2, 3 e 4 (US\$30.300.000,00).

O câmbio é um fator de risco/oportunidade para o Projeto (Quadro 2), pois na visão de risco ele demanda maior alocação de contrapartida e atividades, e tem impacto significativo na visão da execução do Projeto, pois foi aprovado em uma taxa de R\$3,27 em 2017, sendo que nos últimos anos houve uma elevação significativa, chegando a quase R\$ 6,00 em alguns momentos de pico.

Já na visão de oportunidade, tal cenário oferece ao Projeto mais recursos aportados pelo GEF, com uma elevação financeira de quase 60%, possibilitando aos parceiros novos investimentos para temas prioritários.

Quadro 2 - Estudo da média de câmbio período 2018 a 1ºsemestre 2022

ANO	CÂMBIO
1º 2022	R\$ 5,07
2021	R\$ 5,50
2020	R\$ 5,15
2019	R\$ 3,94
2018	R\$ 3,65
Média	R\$ 4,66

Em relação ao valor total de orçamento de US\$ 30.330.000,00, o Projeto recebeu em conta designada de fundo rotativo 25% do valor total, que representa cerca de US\$ 7.553.317,71.

O Plano Operativo do Projeto apresenta o seguinte cenário de desempenho, considerando “total planejado” como sendo o orçamento, “total comprometido” como sendo as aquisições em curso e “total executado” como sendo os pagamentos realizados até 30/06/2022.

Neste sentido, o Projeto apresentou execução de 48% dos POAs de 2018 a 2021, sendo que também já se encontra comprometido aproximadamente 25% dos POAs.

Quadro 3 - Análise POA 2018-2019 e 2020-2021

POA	TOTAL PLANEJADO	TOTAL COMPROMETIDO	TOTAL EXECUTADO
POA 18/19	R\$ 16.257.889,09	R\$ 4.539.111,62	R\$ 8.779.807,42

POA 20/21	R\$ 40.922.018,12	R\$ 10.036.950,67	R\$ 18.606.224,06
Subtotal	R\$ 57.179.907,21	R\$ 14.576.062,29	R\$ 27.386.031,48
Fase Preparação			R\$ 398.659,71
TOTAL GERAL		R\$ 14.576.062,29	R\$ 27.784.691,19
		Percentual (comprometido e executado)	74% R\$ 42.360.753,48

O resumo detalhado da execução física de cada Unidade Operativa está apresentado no item 5 deste relatório. O

Quadro 4 exibe a visão geral e detalhada, por POA, de cada UO do total planejado, comprometido e executado.

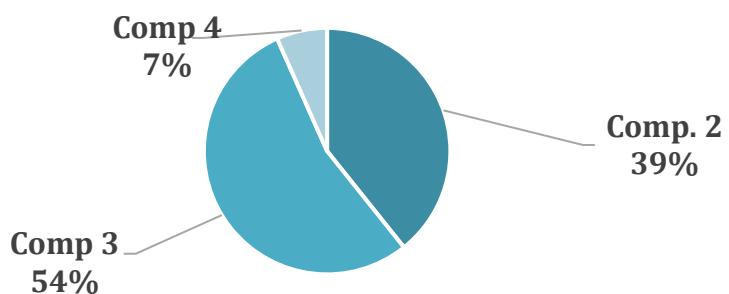
Quadro 4 - Análise detalhada POA 2018-2019 e 2020-2021

														dados até 30/6/2022
	TOTAL PLANEJADO	TOTAL COMPROMETIDO 11.07	% COMP.	TOTAL EXECUTADO 30.06	% EXE.	TOTAL COMP & EXECUT	%	SALDO	%					
POAs	R\$ 16.257.889,00	R\$ 4.539.111,60	28%	R\$ 8.779.807,40	54%	R\$ 13.318.919,00	82%	R\$ 2.938.970,00	18%					
CI	5.694.822,42	-	0%	5.171.392,34	91%	5.171.392,34	91%	523.430,08	9%					
ICMBIO	291.945,17	-	0%	256.097,13	88%	256.097,13	88%	35.848,04	12%					
IDEFLORBIO/SEMAS	2.079.084,00	1.108.968,32	53%	189.549,81	9%	1.298.518,13	62%	780.565,87	38%					
MMA	945.673,00	276.727,19	29%	503.839,22	53%	780.566,41	83%	165.106,59	17%					
SEDAM RO	2.900.500,00	1.602.911,62	55%	1.137.088,38	39%	2.740.000,00	94%	160.500,00	6%					
SEMA AC	2.000.000,00	952.713,37	48%	331.521,09	17%	1.284.234,46	64%	715.765,54	36%					
SEMA AM	2.345.864,50	597.791,12	25%	1.190.319,45	51%	1.788.110,57	76%	557.753,93	24%					
SFB	-	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%					
POA 2	R\$ 40.922.018,12	R\$ 10.036.950,67	25%	R\$ 18.606.224,06	45%	R\$ 28.643.174,73	70%	R\$ 12.278.843,39	30%					
CI	5.909.848,26	144.780,00	2%	4.967.029,74	84%	5.111.809,74	86%	798.038,52	14%					
ICMBIO	7.666.900,33	4.237.241,22	55%	1.083.811,52	14%	5.321.052,74	69%	2.345.847,59	31%					
IDEFLORBIO/SEMAS	4.433.339,00	783.512,54	18%	1.206.280,10	27%	1.989.792,64	45%	2.443.546,36	55%					
MMA	785.672,00	82.979,00	11%	632.408,25	80%	715.387,25	91%	70.284,75	9%					
SEDAM RO	4.071.835,58	-	0%	4.543.858,36	112%	8.775.049,58	216%	-	4.703.214,00	-116%				
SEMA AC	6.644.327,00	4.231.191,22	64%	2.514.055,94	38%	2.514.055,94	38%	4.130.271,06	62%					
SEMA AM	6.210.095,95	-	0%	1.082.048,94	17%	1.082.048,94	17%	5.128.047,01	83%					
SFB	5.200.000,00	557.246,69	11%	2.576.731,21	50%	3.133.977,90	60%	2.066.022,10	40%					
Total Geral	R\$ 57.179.907,21	R\$ 14.576.062,29	25%	R\$ 27.386.031,48	48%	R\$ 41.962.093,77	73%	R\$ 15.217.813,45	27%					
		Reembolso CI		R\$ 398.659,71										
		Total execução 06/22		R\$ 27.784.691,19										

O desempenho de execução global das Unidade Operativas é apresentado no quadro 5. No último semestre houve uma alavancagem no volume de recursos executados por SFB e SEDAM RO, principalmente pela aquisição de veículos para Rondônia e serviços de consultoria para relatório de campanha de voo Flona de Jatuarana e serviços de sensoriamento remoto.

Quadro 5 - Execução por Unidade Operativa

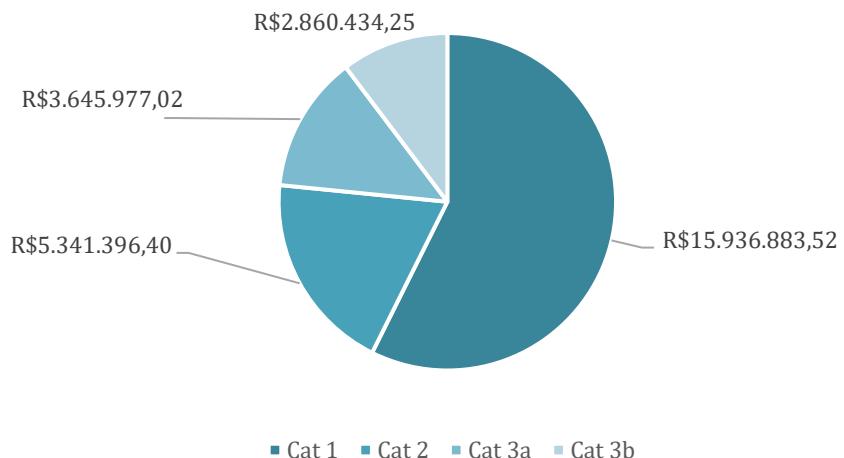
UO		Planejado		Executado	%
SEMA AC	R\$	8.644.327,00	R\$	8.029.481,62	93%
SEMA AM	R\$	8.555.960,45	R\$	2.858.799,51	33%
ICMBIO	R\$	7.958.845,50	R\$	5.577.149,87	70%
SEDAM RO	R\$	6.972.335,58	R\$	7.299.439,16	105%
IDEFLORBIO/SEMAS	R\$	6.512.423,00	R\$	3.318.235,77	51%
SFB	R\$	5.200.000,00	R\$	3.090.385,40	59%
MMA	R\$	1.731.345,00	R\$	1.518.881,16	88%
Total	R\$	45.575.236,53	R\$	31.692.372,49	



- Componente 2 no valor de R\$ 10.911.240,59
- Componente 3 no valor de R\$ 15.025.514,65
- Componente 4 no valor de R\$ 1.847.935,94

Figura 1 - Composição Execução por Componente

Outras análises:



Cat 1 - Bens, obras, serviços técnicos, de consultoria e treinamento dos Componentes 2, 3 e 4
 Cat 2 - Custos operacionais dos Componentes 2, 3 e 4

(3) Remuneração da equipe da CI-Brasil:

Cat 3a - Remuneração da equipe técnica nos componentes 2, 3 e 4

Cat 3b - Remuneração da equipe administrativa nos componentes 2, 3 e 4

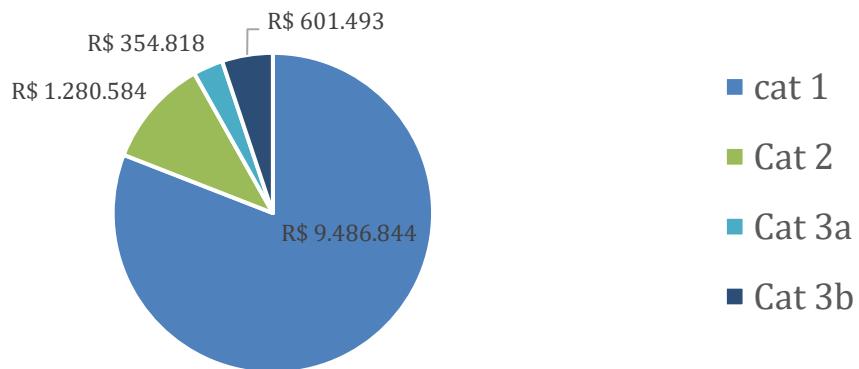
Figura 2 - Resumo da execução financeira por categoria de gasto

3. DESEMPENHO FINANCEIRO NO SEMESTRE

3.1. RECURSO GEF

O Projeto apresenta uma execução de janeiro a junho de 2022 de R\$ 11.723.740,00 sendo US\$ 2.526.668,05, usando uma taxa média acumulada de R\$ 4,66.

Abaixo apresenta-se a divisão deste valor por categoria de despesa, sendo: categoria 1 no valor de R\$ 9.486.844, categoria 2 R\$ 1.280.584 e categoria 3 a/b no valor de R\$ 956.311.



Cat 1 Bens, obras, serviços técnicos, de consultoria e treinamento dos Componentes 2, 3 e 4
 Cat 2 Custos operacionais dos Componentes 2, 3 e 4

(3) Remuneração da equipe da CI-Brasil:

Cat 3a - Remuneração da equipe técnica nos componentes 2, 3 e 4

Cat 3b - Remuneração da equipe administrativa nos componentes 2, 3 e 4

Figura 3 - Recurso por Categoria (Cat) de Gasto no semestre

Quadro 6 - Execução financeira do período

Unidade Operativa	POA 1	POA 2	Total
<i>CI</i>	R\$ 10.020	R\$ 1.518.336	R\$ 1.528.356
<i>ICMBIO</i>	R\$ 67.739	R\$ 117.997	R\$ 185.736
<i>IDEFLO/SEMAS</i>	-	R\$ 627.328	R\$ 627.328
<i>MMA</i>	R\$ 90.502	R\$ 188.546	R\$ 279.049
<i>SEDAM RO</i>	R\$ 861.736	R\$ 4.530.736	R\$ 5.392.473
<i>SEMA AC</i>	R\$ 11.040	R\$ 696.453	R\$ 707.493
<i>SEMA AM</i>	R\$ 133.490	R\$ 822.229	R\$ 955.719
<i>SFB</i>	-	R\$ 2.047.587	R\$ 2.047.587
Total Geral	R\$ 1.174.528	R\$ 10.549.212	R\$ 11.723.740

Quadro 7 - Resumo execução financeira por componente

Componente	Valor	% Execução
2	R\$ 1.867.805	16%
3	R\$ 9.367.975	80%
4	R\$ 487.960	4%
	R\$ 11.723.740	

O plano de aquisições do projeto segue sendo revisado bimestralmente com o objetivo de inclusão de novas atividades e ajuste de atividades já incluídas, em resposta aos comentários do Banco Mundial.

O plano atual e vigente conta com 111 processos concluídos (executado), 38 contratos assinados (comprometido), 41 em fase de implementação (em andamento e publicado) e 30 pendentes de implementação (para publicação + atrasado).

Durante o período, a equipe de aquisições fez o acompanhamento mais pontual sobre os gargalos nos processos de aquisição e os pontos de atenção foram relatados mensalmente para o MMA, em relatórios mensais de acompanhamento da execução. A seguir, a relação de contratos comprometidos e em andamento até o mês de junho 2022.

Quadro 8 - Lista de contratos assinados (comprometidos) em andamento

Número de Referência	Descrição	UO	Data de término	% execução	Comentário
BR-CI-89996-CS-QCBS	Análise do CAR em áreas prioritárias no AM	SEMA AM	15/08/23	70%	
BR-CI-149906-NC-RFB	Serviço técnico de empresa especializada para desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão do projeto	MMA	25/08/22	61%	Será feito 2º aditivo
BR-CI-90940-CW-RFB	Serviço técnico para reforma do galpão de trabalho, casas de vegetação, de sombra e de aclimatação	SEMA AC	01/08/22	90%	Será feito 4º aditivo para poder entregar o 5º e último produto
BR-CI-202338-NC-RFQ	Contratação de empresa especializada para formatar, diagramar e imprimir material gráfico de divulgação	IDEFLORBI O/SEMAS	30/09/22	50%	falta último pagamento
BR-CI-122452-CS-SBQC	Realização da análise de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no SICAR	SEDAM	28/04/23	50%	
BR-CI-127254-NC-RFQ	Implementação de projeto de recuperação de áreas alteradas	SEMA AC	30/03/24	0%	não tivemos nenhum pagamento até o momento
BR-CI-163553-CS-LCS	Análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR, na Plataforma SICAR/PA, baseados na sala de análise da DIORED/SEMAS-PA	IDEFLORBI O/SEMAS	28/12/22	55%	
BR-CI-247093-NC-DIR	Contratação de serviços de sensoriamento remoto por radar de abertura sintética interferométrico aerotransportado	SFB	15/11/22	100%	Último produto entregue e aprovado

Número de Referência	Descrição	UO	Data de término	% execução	Comentário
BR-CI-240685-CS-INDV	Contratação de serviço de consultoria para serviços de geoprocessamento e sensoriamento remoto	SFB	30/10/22	42%	
BR-CI-240684-CS-INDV	Contratação de serviço de consultoria para análise de dados LIDAR "LIGHT DETECTION AND RANGING	SFB	30/10/22	60%	
BR-CI-251084-CS-INDV	Realizar levantamento de políticas, programas e projetos direcionados para a recuperação da vegetação nativa no Brasil, visando o monitoramento do plano nacional de recuperação da vegetação nativa - PLANAVEG	MMA	01/09/22	42%	falta pagamento do último produto 4
BR-CI-215032-CS-LCS	Elaborar mapeamento dos usos dos recursos, revisar normas, mapas básicos e proposta de zoneamento e apoiar as reuniões para elaboração do Plano de Manejo da Unidade de Conservação APA do Tapajós	ICMBio	01/04/23	7%	
BR-CI-163548-CS-CQS	Realizar capacitação e implantação assistida do módulo de análise do SICAR/PA nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira	IDEFLORBI O/SEMAS	01/12/22	30%	
BR-CI-256337-NC-RFQ	Contratação de serviço técnico PJ para diagramação revista SEANP	SEMA AC	18/09/22	50%	falta último pagamento, após a conclusão e aprovação da entrega do produto pela SEMAPI
BR-CI-266317-NC-RFB	Contratação de serviço de pessoa jurídica de mão-de-obra especializada para produção de mudas no Viveiro da Floresta da SEMAPI-AC	SEMA AC	30/11/23	17%	

Número de Referência	Descrição	UO	Data de término	% execução	Comentário
BR-CI-270003-GO-RFQ	Aquisição de materiais de divulgação da campanha 2022 da Convenção de Ramsar	MMA	28/07/22	50%	faltam 2 produtos
BR-CI-89845-NC-RFB	Contratação de serviço técnico para realização de reforma do Laboratório	SEMA AC	30/11/22	30%	
BR-CI-90896-NC-RFB	Elaborar projetos básico e executivo para obra, aquisição dos materiais e serviços de execução das obras na Resex Alto Juruá	ICMBio	10/06/23	0%	
BR-CI-288816-NC-RFQ	Contratar serviço para realizar duas expedições de coleta (enchente e vazante) para coleta de peixes em lagos de várzea da Rebio Abufari e RDS Piagaçu Purus e entrevistas socioeconômicas nas comunidades ribeirinhas do rio Purus	ICMBio	01/09/23	0%	
BR-CI-240683-NC-RFB	Contratação de serviço técnico especializado de pessoa jurídica para realizar a recuperação florestal com espécies nativas de 80 (oitenta) hectares de áreas alteradas na Floresta Nacional do Bom Futuro, Porto Velho – RO	ICMBio	20/04/24	0%	
BR-CI-215022-CS-QCBS	Elaboração do Plano de Gestão da Unidade de Conservação Floresta Estadual (Flota) do Iriri e APA Triunfo do Xingu	IDEFLORBI O/SEMAS	01/03/24	0%	
BR-CI-202340-CS-QCBS	Realização de caracterização dos meios físico, biótico e antrópico e inventário florestal amostral para concessão florestal na Floresta Estadual de Maués	SEMA AM	01/02/23	0%	
BR-CI-202825-CS-INDV	Contratar PF para elaborar os Plano de uso público das APAs Igapá São Francisco e Lago de Amapá e ARIE Japiim Pentecostes	SEMA AC	31/08/23	0%	

1.1. RECURSO DE CONTRAPARTIDA

As Unidades Operativas executam iniciativas complementares ao Projeto utilizando contrapartida econômica e financeira. O reporte dos dados até 2020 era semestral, contabilizando componente e categoria de gasto. Contudo, cabe destacar que de acordo com as novas instruções do Banco e MMA, a partir de janeiro de 2021 o reporte tem sido feito por categoria e anual.

A nova regra trouxe lições aprendidas, pois houve atrasos no recebimento dos ofícios de SEMA - AC, SEDAM - RO, SEMA - AM e SEMAS/IDEFLOR-BIO- PA

Os valores pendentes apresentados pelas Unidades acima indicadas serão reportados em agosto 2022, no Informe Financeiro do Banco Mundial.

Esse atraso foi indicado como ressalva na auditoria do ano exercício de 2021.

Quadro 9 - Contrapartida planejada e executada por UO

Unidades	Planejado	Declarado ao banco até 12.2021	Valores 2021 atrasados que serão declarados 8.2022	Acumulado geral atualizado até período relatório	%
SEMA AC	R\$ 75.600.000	R\$ 100.455.838	R\$ 11.150.552	R\$ 111.606.389	148%
SEDAM RO	R\$ 91.323.444	R\$ 84.255.547	R\$ 47.755.416	R\$ 132.010.963	145%
ICMBIO	R\$ 85.844.386	R\$ 118.205.069	R\$ 0	R\$ 118.205.069	138%
CI-Brasil	R\$ 27.040.672	R\$ 20.549.737	R\$ 0	R\$ 20.549.737	76%
SFB	R\$ 29.506.997	R\$ 18.287.717	R\$ 0	R\$ 15.013.130	62%
MMA - SECEX1	R\$ 321.575.788	R\$ 177.332.688	R\$ 0	R\$ 177.332.688	55%
SEMA AM	R\$ 93.737.486	R\$ 4.549.052	R\$ 46.586.773	R\$ 51.973.818	55%
SEMAS PA & IDEFLOR PA	R\$ 104.662.638	R\$ 5.613.621	R\$ 16.433.491	R\$ 22.047.112	21%
Diferença2	R\$ 92.105.453	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	0%
Total	R\$ 921.396.863	R\$ 529.249.267	R\$ 121.926.232	R\$ 648.738.906	70%

1 Cabe destacar que esse valor de contrapartida é relacionado a todos os componentes do projeto (1, 2, 3 e 4). Nesse sentido, está incluído neste valor o repasse de contrapartida do componente 1, referente ao programa ARPA.

2 Essa diferença é resultado da atualização dos valores pactuados pelas UOs que revisaram alguns dos valores pactuados inicialmente no projeto. O registro dessa diferença aqui é para demonstrar que, mesmo com essa revisão, não estamos prevendo nenhum impacto no montante total de compromisso de contrapartida, uma vez que os valores reduzidos em algumas UOs serão complementados pela suplementação de valor de contrapartida em outras UOs que já ultrapassaram o valor planejado.

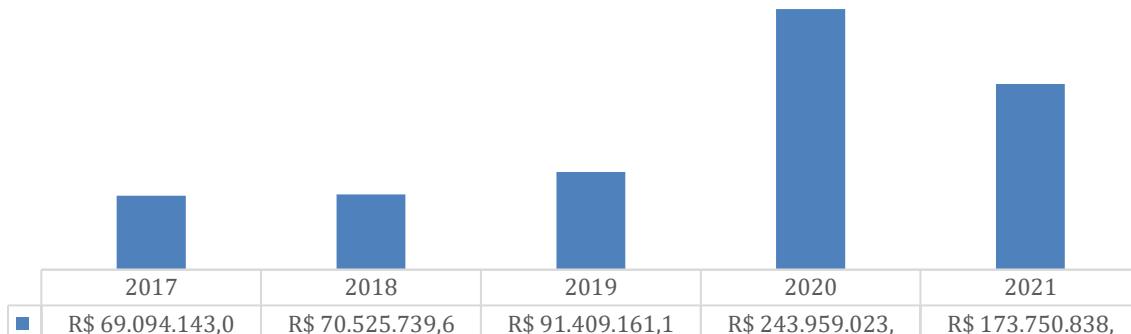


Figura 4 - Contrapartida aportada por ano

1.2. AUDITORIA EXERCÍCIO 2021

A auditoria do exercício de 2021 foi realizada, remetida e aprovada pelo Banco Mundial em 28/06/2022. Apresenta-se como apontamento os seguintes itens, já descritos com um plano de ação para remediação os apontamentos:

PLANO DE AÇÃO AUDITORIA EXERCÍCIO - JANEIRO A DEZEMBRO 2021

Apresentamos o plano de ação relativo aos apontamentos apresentados no trabalho de auditoria relativo a execução do exercício de 2021 do **CONTRATO DE DOAÇÃO Nº TF A6056 – PROJETO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - ASL**, financiado com recursos do INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT (WORLD BANK) e executado pela Conservação Internacional – CI Brasil, auditado pela empresa de auditoria externa independente AudiLink.

O Projeto tem por meta proteger as áreas de ecossistemas florestais globalmente relevantes e implementar políticas para promover o uso sustentável dos recursos naturais e a restauração da cobertura da vegetação nativa.

Os serviços de auditoria externa independente foi realizado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade a NBC TSC 4400, Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) e/ou as Normas da INTOSAI (Organização Internacional de Instituições de Superiores de Auditoria), aplicáveis a trabalhos

de procedimentos previamente acordados.

Os procedimentos foram aplicados e tiveram como objetivo emitir uma opinião profissional dos auditores sobre:

- (a) a situação financeira no período auditado;
- (b) a adequação dos controles internos; e
- (c) sua conformidade com o acordo doação e com as leis e regulamentos conforme descrito no termo de referência 34/21 - BR-CI-256504-NC-RFQ, e como resultado dos trabalhos esse relatório está contemplando os itens a seguir:

O relatório de auditoria contempla os seguintes documentos:

- i) Demonstrativos financeiros do projeto – Interim Financial Reports 2021, Notas Explicativas
- ii) Controles internos
- iii) Aquisições e contratações e cumprimento das disposições oficiais quanto à execução do projeto
- iv) Análise de bens

Anexos: I - IFR e Conta Designada; Anexo II - SOE; e Anexo III - Notas Explicativas.

A CARTA GERENCIAL EMITIDA PELA EMPRESA DE AUDITORES RUSSELL BEDFORD INTERNATIONAL - APRESENTA O SEGUINTE PARECER:

1. Demonstrativos Financeiros - os Interim Financial Report (IFRs), referentes ao 1º e 2º semestres de 2021, apresentam a composição das suas Fontes pelo saldo de abertura ao invés da movimentação de entradas de recursos nos períodos, para demonstrar o total disponível do Projeto. E, ainda, no IFR do 2º semestre de 2021, a linha “4. Fontes (origens) dos fundos - rendimentos semestre líquido” do quadro “Total Projeto Acumulado (2021 ANO)” não apresenta o saldo executado do ano de 2021, sendo apresentado apenas os rendimentos líquidos do 2º semestre. Contudo, não apresenta impacto na conciliação financeiro/bancário.

Resposta: A CI-Brasil fez uma consulta ao Banco Mundial em 19/05/2022 para apresentar previamente o relatório de auditoria com os devidos apontamentos e, neste item, a equipe financeira emitiu o seguinte parecer: “os modelos de IFRs foram acordados durante as Negociações, e a UGP deverá seguir o modelo acordado. Não há necessidade de se incluir linhas adicionais nos IFRs ref. a transferência de recursos (TED, DOC, devoluções, etc.) como uma “entrada” ou “saída” de recursos. O saldo de abertura/inicial e saldo final dos IFRs devem espelhar a conciliação bancária do Projeto. Assim sendo, caso haja necessidade de se verificar “todas” as entradas e saídas do Projeto ou todas as “transações” do Projeto, a conciliação

bancária (diária ou semanal) será o melhor documento suporte. Para o Banco, a nossa prioridade é assegurar que o total de recursos (entradas e saídas) refletem a realidade do Projeto nos IFRs, assim como a conciliação da(s) conta(s) do Projeto – onde poderá verificar o total de recursos disponíveis para o Projeto junto com os extratos bancários.”

Plano de ação 2022: mesmo após o parecer do Banco relativo ao formato, a equipe do Projeto contratará uma empresa de desenvolvimento para construção de um sistema Access para geração eletrônica do IFR e, isso, reduzirá qualquer erro na composição de fórmulas e preenchimentos manuais.

2. **Contrapartida** - No demonstrativo IFR é apresentado um saldo de R\$ 140.551.210,99, porém, identificamos um saldo de R\$ 173.750.838,56, gerando uma divergência a menor no IFR no valor de R\$ 33.199.627,57, decorrente de ofícios não apresentados e de correções que não foram enviadas tempestivamente pelos Estados e que serão ajustados no exercício seguinte.

Resposta: até a data de fechamento do IFR não haviam sido enviados ofícios e comprovantes por parte das Unidades Operativas – Pará, Acre e Amazônas. Contudo, tais documentos foram enviados, apresentados e auditados pela auditoria de 2021 e será acrescida esta diferença de R\$ 33.199.627,57 no IFR do 1º semestre de 2022.

Plano de ação 2022: a equipe financeira incluirá no IFR do 1º semestre de 2022 na linha de acumulado geral este aporte da diferença de 2021 e evidenciar nas notas explicativas este apontamento da auditoria e ressaltar que tais arquivos já foram auditados e conferidos.

3. Controles Internos

- a. **Bens e Patrimônio** - não existe uma composição geral e atualizada para os bens do imobilizado, com a relação completa de todos os bens, as especificações técnicas, localidade, valor, número de nota fiscal ou doação, número de patrimônio do bem, entre outros. No processo de inspeção física, constatamos também que alguns bens não possuem a placa de patrimônio e seu termo de doação assinado, para o devido controle.

Resposta: os termos de doação dos bens comprados até 12/2021 estão sendo analisados pelas áreas jurídicas das UOs para retorno breve de assinatura. Em atenção ao apontado pela auditoria, a Unidade Coordenação do Projeto, liderada pelo MMA, emitiu um comunicado no início de junho informando que novas aquisições estão suspensas até que as assinaturas dos termos de doação

sejam processadas. Ademais, já foi atualizada a tabela de bens com registros, números de série, responsáveis e status.

Plano de ação 2022: i) o inventário de bens será atualizado e será instituído um controle rígido de todos os bens adquiridos, identificando responsáveis. ii) Serão processadas as doações de bens com prazos semestrais, para não gerar atrasos nos processos de registro de patrimônio por parte das UOs. iii) Os bens sem identificação serão colados com um selo do Projeto ASL até que as numerações de patrimônio sejam processadas pelas Unidades Operativas e monitoradas pela CI – Brasil. iv) visitas técnicas semestrais de monitoramento serão conduzidas pela gestão financeira para controle de status e guarda de cada um dos bens de forma atualizada. – responsável CI – Brasil.

- b. **Aquisições e contratações consultores** - análise das despesas apresentadas para desembolso, por amostragem, quanto à elegibilidade e identificamos inconsistências entre as informações na Declaração de Gastos (SOE) e documentação comprobatória.

Resposta: Os campos de notas fiscais estavam com dados em branco, com números trocados e erros de digitação no documento de Declaração de Gastos (SOE). No primeiro caso de dados em branco aconteceu porque os itens listados são bens e são pagos por boleto. Após o pagamento, as empresas processam as Notas Fiscais para serem enviadas no fluxo normal de transporte, conforme determina a legislação brasileira.

Plano de ação 2022: a equipe financeira processará os ajustes indicando número de notas fiscais em uma SOE global e enviará semestralmente para registro do Banco Mundial na fase do IFR.

4. INDICADORES DE RESULTADO

4.1. RESUMO DOS INDICADORES

Os indicadores (0.3, 0.4, 2.1, 2.2, 2.3, 3., 3.2 e 4.1) foram mensurados no período de 13 de maio de 2022 a 03 de junho de 2022, por meio da ferramenta kobotoolbox, pela qual as UOs lançaram os resultados relacionados ao período deste relatório. Neste período observa-se um avanço nos indicadores 0.4, 2.1, 3.1, 3.2 e 4.1.

Para o indicador global 0.3 (Área sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: (i) condução de regeneração natural e (ii) recuperação ativa) e o indicador intermediário 2.2 (UCs de uso sustentável com práticas de manejo sustentável apoiadas pelo projeto) não houve lançamento de novos resultados. Portanto, os resultados permanecem os mesmos reportados no relatório anterior (Quadro 11).

No indicador global 0.4 (Área florestal trazida sob planos de manejo sustentável), o Serviço Florestal Brasileiro reportou como contrapartida a Floresta Nacional do Amana, com edital para licitação publicado e a Floresta Nacional do Jamari, com contrato de concessão assinado (Quadro 11). Apoiadas com recurso do ASL, a Florestal Nacional do Pau Rosa e a Gleba Federal Castanho, ambas para consulta pública (Quadro 11).

Para o indicador 2.1 (Área de propriedades rurais apoiadas pelo projeto adotando práticas de manejo sustentável) foram reportados como contrapartida 511.132,67 ha, destes 424.879 ha referente a 239 imóveis rurais do estado do Pará e 86.253,67 ha referente a 154 imóveis do estado do Acre, com Termos de compromisso assinado.

No indicador intermediário 3.1, houve um acréscimo de 2.670 cadastros ambientais analisados finalizados (Quadro 11), sendo desse total, com recursos de contrapartida 1.357 reportados pelos estados do Acre, Amazonas e Rondônia (Quadro 10), e 1.313 cadastros ambientais analisados finalizados pelos estados do Amazonas e Rondônia (Quadro 10), com recurso do ASL, por meio das análises realizadas pela consultoria contratada para esse fim.

Quadro 10 - Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados finalizados

Unidade operativa	Origem do recurso	N. de cadastros analisados finalizados	Condição
Sema AM	GEF	25	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sema AM	GEF	87	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Sema AM	Contrapartida	21	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sema AM	Contrapartida	58	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Sema AC	Contrapartida	675	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sema AC	Contrapartida	38	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Sedam RO	ASL	1.113	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sedam RO	ASL	88	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Sedam RO	Contrapartida	530	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Sedam RO	Contrapartida	35	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
TOTAL		2.670	

O indicador 3.2 (Mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e o aumento da recuperação), houve o acréscimo de 7 novos mecanismos, 4 do estado do Amazonas e 3 do estado do Acre (Anexo A).

Para o indicador 4.1 (População local consultada sobre ações do projeto) houve o acréscimo de 174 pessoas consultadas/beneficiadas, que participaram de oficinas apoiadas pelo ASL, voltadas às boas práticas de beneficiamento da castanha e açaí, apoio a cadeia da madeira manejada e ao curso para técnicos/extensionistas voltado ao processo de regularização ambiental (Cadastro Ambiental Rural, Cadastro da Atividade da Agricultura Familiar e Licenciamento Ambiental), no estado do Amazonas.

Quadro 11 - Resultados reportados para o semestre 2022/01.

Indicadores de Resultados Globais					
Os ODPs devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.					
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2021/02	Valor no período: jan a jun 2022	Valor acumulado:	Justificativa / Comentários
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: i) condução de regeneração natural;	0,00	1.300,98	0	1.300,98	Não houve alteração no valor
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: ii) recuperação ativa, segundo critério definido	0,00	0,00	0,00	0,00	Ainda que não haja reporte de avanço do indicador, já existem atividades contratadas para essa ação, que totalizarão 377ha: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 80 ha Flona Bom Futuro, ▪ 102 ha Resex Chico Mendes, ▪ 195 ha no entorno da Resex Chico Mendes e nas APAs de Rio Branco. ▪ 140 ha Resex Chico Mendes
0.4 Área florestal trazida sob planos de manejo sustentável	0,00	1.140.000,00	1.875.728,59	3.015.728,59	O valor corresponde a 4 novas áreas para concessão, sendo 3 florestas nacionais e 1 gleba federal. Gleba castanho: 151.097,59 ha (área total para concessão) Flona Pau Rosa: 827.877,00 ha (área total da UC), e 248.037,17 ha de área destinada a concessão. Flona Amana: 681.754,00 ha (área total da UC) e 229.317,69 ha de área destinada a concessão. Flona do Jamari: 215.000,00 ha (área total da UC) e 38.394,16 ha de área destinada a concessão.
Indicadores de Resultados Intermediários					
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2021/02	Valor no período: jan a jun 2022	Valor acumulado:	Justificativa/comentários

2.1 Área de propriedades rurais apoiadas pelo projeto adotando práticas de manejo sustentável segundo critério definido	0,00	68.380,47	511.132,67	579.513,14	O valor correspondente a área de 393 imóveis reportados como contrapartida, sendo 239 imóveis rurais (424.879,00 ha) do estado do Pará e 154 imóveis do estado do Acre (89.253,67 ha), com Termos de Compromisso assinados para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.
2.2 UCs de uso sustentável com práticas de manejo sustentável apoiadas pelo projeto segundo critério definido	0,00	968.518,75	0,00	968.518,75	<p>Não houve alteração no valor. Entretanto, existem atividades em andamento que contribuirão para seu avanço nos próximos períodos, como:</p> <p>Elaboração de plano de manejo/gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ APA de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu ▪ Flota do Iriri ▪ APA Lago do Amapá ▪ APA Igarapé São Francisco ▪ APA Tapajós ▪ Reserva Extrativista Alto Juruá <p>Construção de acordos de pesca</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 9 acordos de pesca na região do Rio Negro, no Amazonas.
2.3 Área com práticas de manejo sustentável (indicador corporativo)	0,00	1.028.075,00	0,00	1.549.332,87	O número apresentado totaliza a soma dos indicadores 0.3, 2.1 e 2.2.
3.1 Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento do uso do solo para a gestão sustentável	0,00	5.771	2.670	8.441	No primeiro semestre de 2022 houve reporte de 2.670 cadastros ambientais rurais analisados finalizados, desse total, 1.357 de contrapartida reportados pelos estados do Acre, Amazonas e Rondônia, e 1.313 cadastros ambientais analisados finalizados reportados com recurso ASL, pelo estado do Amazonas.
3.2 Mecanismos de incentivos para a redução	0,00	6,00	7	13	Lista de instrumentos no Anexo A.

do desmatamento e o aumento da recuperação					
4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)	0.00 Homem: 0.00, Mulher: 0.00	2.841 1.350	119 55	2.960 1.405	Dados extraídos dos relatórios de atividades de campo enviados pelas Unidades Operativas, referente a oficinas apoiadas pelo projeto.

5. DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2022

Componente 2

O componente 2 objetiva promover ações complementares que favoreçam a recuperação da vegetação nativa, desenvolvam sistemas produtivos sustentáveis, fortaleçam as cadeias produtivas e apoiem a consolidação de UCs de uso sustentável que não fazem parte do programa ARPA. Dentro deste componente destacaram-se, neste período, a aquisição de bens e serviços para melhoria e estruturação das cadeias produtivas, principalmente nas unidades de conservação de uso sustentável não apoiadas pelo ARPA e os instrumentos de gestão dessas áreas.

UNIDADE OPERATIVA AMAZONAS (SEMA, IPAAM e IDAM)

A Sema em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, realizou em maio de 2022 reuniões comunitárias de sensibilização para a construção de planos de manejo de pequena escala, referente a atividade “*Elaborar Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala (PMFSPE)*”, que ocorreram na Resex e na Floresta Estadual de Canutama, no sul do estado do Amazonas, e tiveram o alcance de 129 comunitários.



Figura 5 - Oficina de cadeia da madeira manejada e identificação de áreas que possuem demanda para elaboração de Planos de Manejo de Pequena Escala no Amazonas

Com a finalidade de apoiar três cadeias de valor da sociobiodiversidade, foi realizado o curso de boas práticas de beneficiamento da castanha e açaí na comunidade Jatuarana, no município de Manicoré, que capacitou 19 comunitários nos temas boas práticas de manejo, pré-coleta (identificação de áreas; inventário; manejo e monitoramento), coleta (organização, época de coleta

e métodos), pós-coleta (debulha, seleção, acondicionamento, transporte e beneficiamento) e noções de gestão financeira.

Ainda em parceria com o IDAM, foi realizado o curso de Manejo Florestal Sustentável que capacitou 29 técnicos/extensionistas da instituição visando a melhoria no atendimento ao pequeno produtor no sul do estado do Amazonas. Com duração de 40 horas, o curso abordou as categorias de plano de manejo florestal sustentável, legislação estadual, passo a passo para elaboração e licenciamento, geoprocessamento, procedimentos de regularização fundiária em áreas estaduais e método e prática de Inventário Florestal (Figura 6).



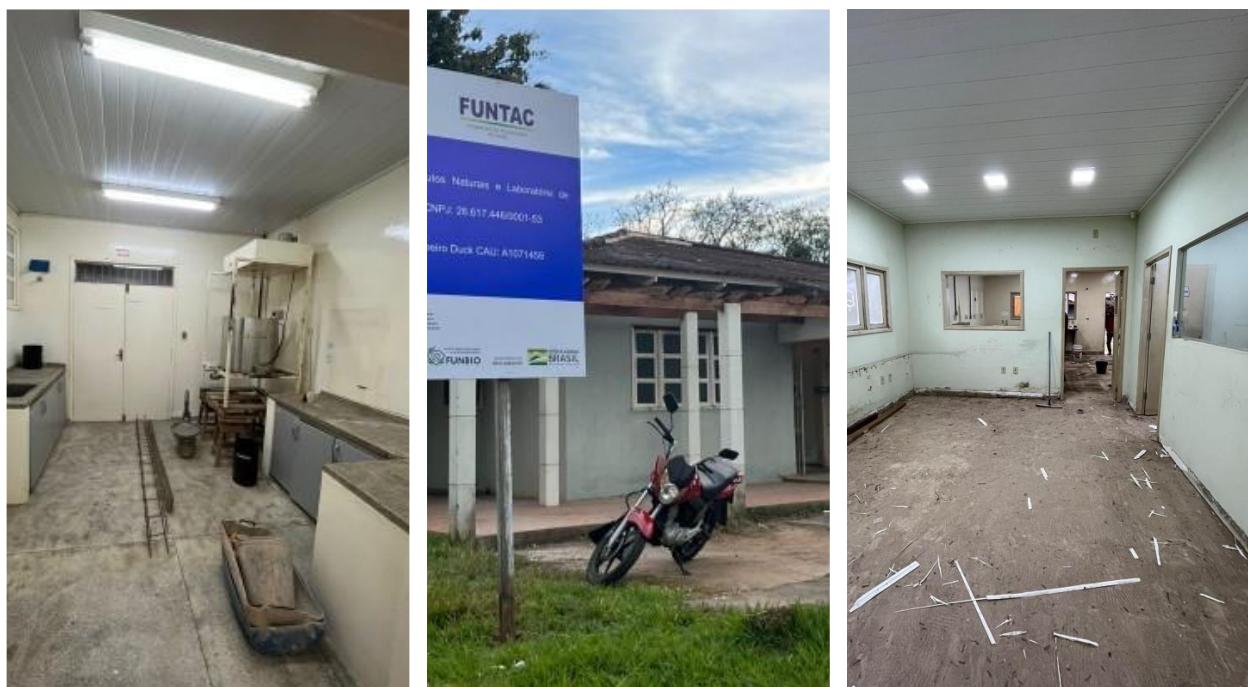
Figura 6 - Curso de manejo florestal realizado pelo IDAM

UNIDADE OPERATIVA ACRE (SEMAPI, CDSA e FUNTAC)

Em continuidade ao apoio à gestão das unidades de conservação estaduais do Acre, está em andamento a contratação de serviços de consultoria pessoa jurídica, para elaboração do plano de manejo da Área de Proteção Área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco, situada nos municípios de Bujari e Rio Branco, possui área de aproximadamente 30 mil hectares e foi criada pelo Decreto No 12.310, de 14 de junho de 2005, juntamente com a contratação de pessoa física para elaborar os planos de uso público dessa APA, da APA Lago do Amapá e da ARIE Japiim Pentecostes.

Para melhorar o controle de qualidade na produção de óleos vegetais, das espécies oleaginosas priorizadas pelo Governo do Estado, está em curso a reforma dos laboratórios de tecnologia de produtos naturais e de tecnologia de sementes florestais, além da reforma e ampliação do prédio da coleção de referência da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC (Figura 7).

Figura 7 - Reforma dos laboratórios de tecnologia de produtos naturais e de tecnologia de sementes florestais



UNIDADE OPERATIVA PARÁ (SEMAS e IDEFLORBIO)

Em apoio às políticas estaduais para recuperação de áreas alteradas e degradadas, está em execução a estruturação de um viveiro na escola Familiar Rural da APA Triunfo do Xingu, com capacidade de produção de 25.000 mudas/ano, que irá beneficiar aproximadamente 60 famílias.

Uma cartilha sobre produção de mudas de espécies florestais nativas (Figura 8), inicialmente, entregue a pelo menos 25 famílias na APA Triunfo do Xingu, com previsão de atender mais 150 famílias, foi elaborada e impressa. Na cartilha são apresentadas orientações sobre técnicas de manejo e produção de mudas de espécies florestais nativas da Amazônia, direcionadas aos moradores e usuários de Unidades de Conservação.



Figura 8 – Cartilha sobre produção de mudas de espécies florestais nativas

UNIDADE OPERATIVA ICMBIO

Em execução está a elaboração do plano de manejo da APA Tapajós (Pará) com a entrega do plano de trabalho para a realização das atividades previstas no termo de referência e material gráfico (banners e folders) para levar informações sobre a APA Tapajós e a elaboração do Plano de Manejo, em linguagem clara e acessível aos moradores.

Ocorreu em março a expedição para investigar o efeito da atividade pesqueira em lagos com diferentes níveis de proteção e de manejo sobre a diversidade de peixes em áreas de várzea e avaliar os efeitos socioeconômicos e culturais das comunidades sujeitas a essas formas de manejo.

Componente 3

O componente 3 visa fortalecer a capacidade dos governos nacional e subnacionais para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros para reduzir o desflorestamento e promover a recuperação florestal.

UNIDADE OPERATIVA AMAZONAS (SEMA, IPAAM e IDAM)

O Idam, realizou o curso de regularização ambiental (Cadastro Ambiental Rural, Cadastro da Atividade da Agricultura Familiar e Licenciamento Ambiental), no município de Humaitá – AM (Figura 9), visando a melhoria no atendimento ao pequeno produtor no sul do estado do Amazonas, capacitou 23 técnicos/extencionistas.

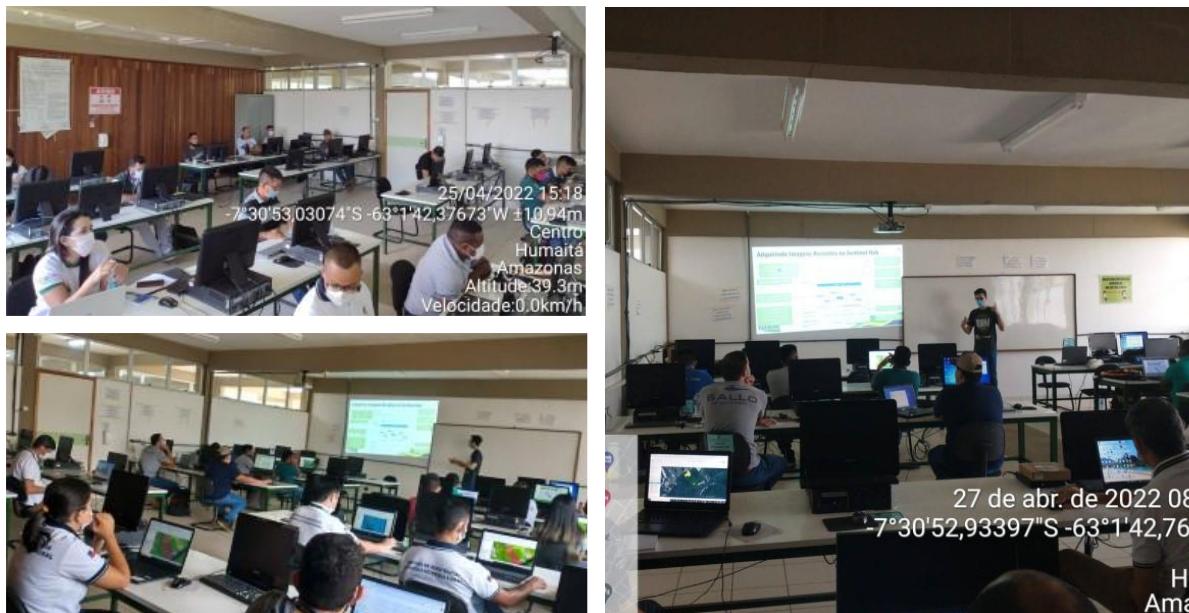


Figura 9 - Curso de regularização ambiental

Em continuidade à regularização ambiental, houve a entrega dos produtos 10 e 11 referente ao serviço de análise de cadastros ambientais rurais, inscritos na plataforma do SICAR/AM, para 08 municípios do sul do estado do Amazonas. A ação está sendo realizada com o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), órgão licenciador e gestor do SICAR no estado. Com essa entrega, totalizam 16.050 análises realizadas e 262 cadastros analisados e finalizados no estado do Amazonas.

UNIDADE OPERATIVA ACRE (SEMAPI, CDSA e FUNTAC)

Aquisição de material e serviço gráfico para a capacitação de técnicos das instituições que irão apoiar no desenvolvimento, implantação e monitoramento da política de regularização ambiental e a na capacitação de produtores, por meio das organizações representativas, na implementação e monitoramento dos PRADAs. Essa aquisição faz parte da atividade “*Apoiar a implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas para produtores que aderirem ao PRA localizados no entorno da RESEX Chico Mendes e dentro das APAs de Rio Branco*”, conduzida pela Semapi.

Em apoio ao Programa de Regularização Ambiental do Acre, o ASL está contribuindo na mão de obra para produção de mudas no Viveiro da Floresta da SEMAPI-AC. O apoio faz parte da atividade “*Apoiar a implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas para produtores que aderirem ao PRA localizados no entorno da RESEX Chico Mendes e dentro das APAs de Rio Branco/Acre*”. Há a expectativa de produção de 700 mil mudas por ano, com o objetivo de atender aos pequenos produtores rurais que aderirem ao programa de regularização ambiental.



Figura 10 - Produção de mudas no Viveiro da Floresta

UNIDADE OPERATIVA PARÁ (SEMAS e IDEFLORBIO)

Foi realizada uma expedição à Flota do Iriri em Altamira – Pará, com a finalidade de reconhecimento Áreas para implantação Coleta de Sementes e levantamento socioeconômico com reconhecimento dos núcleos familiares da Flota. Durante a visita foi identificada a inviabilidade de seguir com essa atividade em função de falta de adesão de um número mínimo necessário de famílias a serem envolvidas na atividade. Esse cenário deve-se ao contexto de que atualmente essas famílias já estão envolvidas com outras atividades econômicas e da não compatibilidade da agenda produtiva das famílias. Por desse contexto, ficou decidido que essa ação não seria apoiada no próximo planejamento.

A SEMAS a partir da Instrução Normativa 03/2018 formalizou a estratégia de habilitar os municípios do estado interessados e com condição de realizar a análise de cadastros ambientais rurais de imóveis localizados em seus limites municipais. No âmbito da atividade “*Fortalecer a Gestão Ambiental Municipal e Estadual através do aparelhamento/estruturação das secretarias de meio ambiente com ênfase na análise do CAR e PRA (PRADAS) dos imóveis rurais*”, foram capacitados 12 técnicos das Secretarias Municipais de Meio Ambiente (SEMMAS) de São Félix do Xingu e Altamira para análise do CAR. Além da capacitação houve a entrega do manual de análise do CAR. Essa capacitação habilita os técnicos na operacionalização do módulo de análise e validação dos cadastros nos limites dos municípios, por intermédio do SICAR/PA, contribuindo para a implementação da política no estado.

Como continuidade do processo de análises de cadastros ambientais rurais, foram entregues mais 532 análises, referente ao 6º produto do contrato com uma empresa para realizar análise de 3.500 imóveis rurais, inscritos na plataforma SICAR-PA, nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira, prioritariamente na APA Triunfo do Xingu. Essa entrega totaliza 2.555 análises realizadas com 73% das análises contratadas.

UNIDADE OPERATIVA SFB

O SFB tem realizado uma série de estudos com o apoio do ASL que vão desde a realização de diagnósticos preparatórios, a melhoria do planejamento das áreas para a concessão, como também o monitoramento das áreas exploradas. Nesse sentido, está em execução o serviço técnico de geoprocessamento e sensoriamento remoto, com a entrega do relatório de peças técnicas e bases de dados geográficas que subsidiarão a elaboração dos editais das Flonas de Jatuarana-AM, Pau-Rosa-AM, Balata-Tufari-AM, Iquiri-AM e Gleba Castanho.

O serviço de consultoria para análise de dados LiDAR "*Light Detection and Ranging*", apresentou o relatório técnico com análise dos dados LiDAR referentes a 165 km² para o ano de 2016 para calcular o dano decorrente da exploração florestal. O produto entregue refere-se à análise da exploração florestal ocorrida no ano de 2016, com a comparação dos dados obtidos em 2015 e 2017, antes e depois da prática do manejo florestal, respectivamente.

Está em andamento o estudo de modelagem técnica, jurídica e levantamento de áreas para concessão florestal por meio de reflorestamento. Essa atividade visa obter a modelagem para a

prática do manejo florestal e silvicultura em áreas degradadas para a Floresta Nacional de Bom Futuro – RO e Gleba Ouro Branco – PA.

Ocorreu a entrega do Produto 6, referente à atividade “Realizar serviços de sensoriamento remoto por radar de abertura sintética interferométrico aerotransportado para as Florestas Nacionais (Flonas) de Balata-Tufari e Jatuarana”. Essa entrega consiste em 50% da área total dos dados obtidos na Flona de Balata-Tufari. Foram realizados 16 voos, obtendo os seguintes resultados: a) geração e edição preliminar dos interferogramas e imagens de amplitude (em Faixa inclinada), de banda X; b) geração e edição preliminar dos interferogramas e imagens de amplitude (em Faixa inclinada) de banda P; c) ortorectificação e edição preliminar das imagens de amplitude de banda X. Este produto tem o potencial de possibilitar gerar informações sobre o monitoramento dos danos à floresta manejada na medida em que oportuniza ao concessionário florestal planejar as infraestruturas de estradas e pátios com base em informações precisas do terreno.

Os dados de radar nas bandas X e P permitem a geração de modelos de predição de biomassa da vegetação. Aliado aos dados do inventário florestal, tem-se as áreas com maior potencial de produção de madeira.

Componente 4

No 1º semestre de 2022, as atividades de Coordenação (MMA) previstas no POA 2020-2021 e também junto aos estados, continuaram sendo realizadas remotamente. O MMA como coordenador do projeto tem realizado, juntamente com a CI, reuniões remotas de acompanhamento e monitoramento do projeto.

Ocorreu a entrega do Produto 2, “*Balanço e monitoramento do plano nacional de recuperação da vegetação nativa –planaveg e levantamento de políticas, programas e projetos direcionados para a recuperação da vegetação nativa no brasil*”, da consultoria para realizar levantamento de políticas, programas e projetos direcionados para a recuperação da vegetação nativa no Brasil, visando o monitoramento do plano nacional de recuperação da vegetação nativa – PLANAVEG. O relatório contém a sistematização e análise de informações relativas a políticas, programas e projetos direcionados para a recuperação da vegetação nativa no Brasil. Para a consolidação desse produto foram realizadas entrevistas com 35 atores-chave da agenda de recuperação de vegetação nativa no Brasil, identificados e selecionados com apoio do DECO/MMA. São atores, que desempenham diversas funções no setor público (nas esferas federal e estadual), em organizações não

governamentais, em empresas e na academia, e que são representantes de organizações envolvidas com políticas públicas e iniciativas privadas de restauração no Brasil. Além disso, para essa análise foram levantadas 120 iniciativas de recuperação da vegetação nativa no Brasil, sendo que deste total 82 iniciativas foram avaliadas como mais relevantes, devido ao alcance já obtido ou previsto, seja em termos territoriais (áreas em recuperação ou a serem recuperadas), seja pelo potencial ou resultados de mobilização (como as redes e alianças de restauração)

Ainda no primeiro semestre o MMA participou da 3ª rodada do Planejamento Operacional do projeto junto as Unidades Operativas e a Conservação Internacional.

6. SUSTENTABILIDADE DAS AÇÕES DO PROJETO

O Projeto ASL 1 traz como abordagem três principais aspectos que norteiam a sua estrutura:

- O desenho do projeto, que atribui direcionamento das ações vindas das unidades operativas e parceiros em nível estadual e federal, que decidem, junto com o MMA, baseados nos objetivos e metas do projeto, o rumo do planejamento para cada período de execução e das ações a serem implementadas nos seus territórios.
- A abordagem territorial, que é o recorte espacial de atuação nas áreas onde as ações são implementadas, principalmente aquelas relacionadas: (a) proximidade/sobreposição com eixos principais de desenvolvimento (BR-163, BR-230 e BR-364); (b) áreas com mosaicos de unidades de conservação de uso sustentável; (c) áreas de maior pressão de desmatamento; e (d) complementaridade com outros projetos e em diferentes categorias fundiárias: unidades de conservação de uso sustentável, imóveis rurais de pequenos produtores e áreas de entorno de unidades de conservação.
- A convergência das políticas públicas ambientais nos níveis federal e estadual principalmente para a conservação da biodiversidade, por meio das áreas protegidas; fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade; recuperação e restauração da paisagem e regularização ambiental.

Com a visão sobre a sustentabilidade das ações do projeto, este relatório reporta a continuidade no avanço nas análises do CAR e os desafios para a retificação e à finalização (validação) para se implementar os programas de regularização ambiental nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

Uma das preocupações que os estados apoiados pelo projeto têm enfrentado é a resposta dos proprietários às notificações para a correção de informações decorrente do processo voluntário da inscrição do imóvel no SICAR. Para agilizar a retificação, os estados têm feito parcerias com os órgãos de Ater, como as Emater no Pará, Rondônia e Idam no Amazonas para que procedam as correções junto aos produtores, pois esses órgãos se somam às equipes reduzidas dos órgãos ambientais que são responsáveis pela coordenação, gerenciamento, análise e, também, retificação. Para cumprir com essas diferentes atribuições, os Estados têm recorrido ao projeto para o apoio, tanto para análise, como retificação e o engajamento dos produtores nos programas de regularização ambiental (PRA).

O Acre tem implementado as ações a partir do Escritório do CAR, com técnicos capacitados e equipamentos para essa finalidade. Suas ações vão desde a análise até a retificação e as ações de recomposição. Sob gestão da Semapi, o projeto ASL também apoia a produção de mudas do Viveiro da Floresta por meio da contratação de equipe técnica e da realização de reforma de partes do viveiro. Essa produção de mudas sustenta a recomposição de 195 hectares de áreas no entorno de UC e assentamentos. Verifica-se que há uma estruturação lógica na política para a adequação ambiental no estado, porém há que ressaltar a dependência que o estado possui em relação aos recursos de projetos de doação, para garantir essa política de produção de mudas. Isso é um ponto de atenção que vem sendo discutido junto aos parceiros do Acre.

O Estado do Pará possui na sua base do SICAR/PA aproximadamente 278 mil cadastros e tem investido no processo de descentralização das análises junto aos municípios. O ASL tem apoiado o estado com ações de análise, capacitação de equipes das Secretarias Municipais de Altamira e São Félix do Xingu e, também com a aquisição de equipamentos de informática para que esses municípios possam ter a autonomia/habilitação para análise. Além desse processo de descentralização, o Pará vem trabalhando com a Emater para retificar as informações de pequenos produtores cadastradas no Sicar, para que as análises cheguem à finalização. O Estado também tem buscado parcerias com outras instituições para o apoio à adequação e controle ambiental, como o KfW e o BNDES.

Em Rondônia, o ASL tem apostado na realização das análises dos cadastros ambientais e também no apoio à estruturação da agência de ater – Emater - que é parceria da Sedam no processo de regularização ambiental. O estado tem estruturado o desenho da regularização ambiental em três grandes processos: as análises, a retificação dos imóveis e a adesão ao programa de regularização ambiental. Esse desenho tem sido apoiado por meio de projetos e parcerias com a Ater e com o Ministério Público do Estado.

O Amazonas tem avançado pouco no processo de regularização ambiental. O ASL tem sido um dos principais apoios ao estado nessa agenda, financiando as ações que permitiram o avanço com as análises. Porém, o processo de retificação, principalmente para pequenos produtores beneficiários do projeto, tem sido um desafio. No estado, o instituto de ater (IDAM) é o responsável por apoiar as retificações adequações. O estado tem recursos de outros projetos para essa finalidade, mas tem alcançado poucos resultados nessa frente de ação, conforme relatado pelos próprios técnicos durante reuniões de acompanhamento do ASL. Um ponto de atenção nessa agenda com o estado está justamente nessa necessidade de fortalecer a articulação interinstitucional entre SEMA, IPAAM e IDAM para promover o avanço de todos os elos da cadeia de análise e retificação do CAR.

Ressalta-se que a retificação é um processo importante, pois leva à validação/finalização da análise e essa finalização mostra o quanto um imóvel apresenta de ativo e passivo ambiental, tanto em reserva legal como em área de preservação permanente. O conhecimento dos passivos ambientais é determinante para definir as estratégias de recuperação dessas áreas em cada estado. A maioria dos imóveis cadastrados é de pequenos produtores de até 4 módulos fiscais, para os quais o poder público pode operacionalizar as ações de adesão à regularização ambiental, levando o produtor a obter os benefícios previstos em Lei.

O ASL tem sido importante instrumento de apoio para aumentar a capacidade técnica das agências ambientais dos quatro estados, seja por meio de apoio à capacitação de suas equipes, de contratação de consultorias para apoiar nas análises, de aquisições de equipamentos para melhoria da infraestrutura física ou de recursos logísticos para ações em campo. Mas o impacto desse apoio depende também dos estados estabelecerem arranjos institucionais suficientemente robustos, com metas definidas de regularização/adequação ambiental e buscarem as oportunidades de investimentos, sejam públicos ou privados, para continuidade das ações de adequação ambiental das propriedades rurais.

7. FATORES CRÍTICOS QUE AFETARAM o DESEMPENHO DO PROJETO

O projeto aos poucos está recuperando o atraso na execução das atividades causado pelas restrições sanitárias impostas pela pandemia da COVID-19. As unidades operativas estão demandando aquelas ações de campo que ficaram comprometidas durante o período mais crítico da pandemia, mas também as ações relacionadas a serviços técnicos e consultorias, que se intensificaram no período de avaliação deste relatório.

Destaca-se que em relatórios anteriores mencionou-se que a elaboração de documentos técnicos (TdR e ET) vinha sendo um dos gargalos da execução do projeto e isso tem sido corrigido e aperfeiçoado, diminuindo o tempo de elaboração e correção desses documentos. Mas é importante mencionar que esse esforço requer monitoramento constante tanto da equipe da CI, responsável pela orientação e apoio à elaboração, como junto às equipes técnicas e ponto focais das UOs para a melhoria contínua. Um foco tem sido melhorar o monitoramento de prazos de elaboração e correção dos documentos, visando esse ganho de eficiência.

Um dos pontos de melhoria nos processos tem sido o acompanhamento da avaliação e análises das propostas técnicas e financeiras junto às UOs. Isso tem garantido que as avaliações aconteçam no tempo adequado de validade das propostas dos fornecedores e que sejam realizadas com clareza e sem necessidade de devolução às UOs para ajustes.

8. RISCOS E OPORTUNIDADES QUE PODEM AFETAR O DESEMPENHO DO PROJETO

O Projeto passou pela Avaliação de Meio Termo realizada por consultoria externa e apresentou diferentes pontos a serem melhorados no processo de execução e atingimento dos seus objetivos e indicadores. O principal aspecto recomendado foi a atenção para o atingimento dos indicadores 3.1 - Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento de uso da terra para o manejo sustentável da terra e o 0.3 Área sob restauração ou reflorestamento apoiado pelo projeto.

Como parte do processo de correção de rumo do projeto, a CI junto com o MMA estabeleceu estratégia para guiar o planejamento operacional do ciclo 3 (POA 3) para que as ações planejadas pelas UOs tivessem foco nos indicadores mencionados.

As ações implementadas foram:

- Construção de Diretrizes do POA 3;
- Workshops de Planejamento (POA) junto às UOs;
- Aperfeiçoamento das estratégias de contratação detalhando fluxos e processos;
- Alocação das atividades do POA priorizando indicadores com nível crítico de execução;
- Identificação de sinergias com outros projetos em andamento;
- Revisão do método de acompanhamento das contrapartidas;
- Avaliação de impacto dos riscos do projeto (além dos indicadores já mapeados).

Em continuidade ao processo iniciado em dezembro 2021 de mapeamento e sistematização de riscos em conjunto com as Unidades Operativas, onde foram identificados 14 riscos sendo que os 4 riscos foram identificados como prioritários para implementação de um plano de ação para mitigação.

Quadro 12 - Lista de risco identificados no projeto

Risco 1	Complexidade do modelo de governança do Projeto
Risco 2	Rotatividade das equipes UOs para implementação das ações
Risco 3	Inexperiência da Agência Executora com procedimentos do Banco Mundial
Risco 4	Potencial efeito indireto nas áreas ambientais e sociais das ações implementadas
Risco 5	Baixa adesão das partes interessadas (beneficiários) em iniciativas do Projeto
Risco 6	Prolongamento dos impactos da Pandemia para a retomada das atividades
Risco 7	Impactos na execução do Projeto causados em razão do período eleitoral
Risco 8	Baixa execução de contrapartida em projetos planejados pelas UOs
Risco 9	Baixa governança para manutenção das áreas alocadas como contrapartida

Risco 10	Pouca clareza nas diretrizes e critérios para priorização das ações do Projeto
Risco 11	Variação cambial potencializada
Risco 12	Complexidade dos fluxos operacionais do Projeto (planejamento & execução)
Risco 13	Tomada de decisão lenta que impacta o Projeto
Risco 14	Mudança na política ambiental dos estados

Para o delineamento do plano de mitigação dos riscos, alguns requisitos serviram de premissas, como:

- Possibilidade de dois cenários políticos distintos: manutenção ou mudança de governos;
- Elaboração e mapeamento das demandas do próximo POA - elaboração no período de dezembro de 2021 a março de 2022;
- As mudanças nas equipes das secretarias se intensificam em maio, devido às eleições, e a partir daí as demandas da UOs tendem a diminuir;
- A antecipação das solicitações de contratações e aquisições para o primeiro semestre de 2022 para minimizar impactos das eleições orientada pelo Banco Mundial;
- Priorização da execução das atividades em andamento ou atrasadas dos POAs vigentes até junho de 2022;
- Trabalhar de forma síncrona com as UOs durante criação do plano de ação para aumentar engajamento.

Participaram dos workshops a equipe de gestão da CI-Brasil e MMA, as coordenadoras regionais e pontos focais das UOs e, por um processo de *brainstorming* coletivo, os riscos abaixo foram priorizados como mais relevantes a serem tratados.

Riscos priorizados para o plano de Ação:

Risco 2 - Rotatividade das equipes UOs para implementação das ações	Risco 7 - Impactos na execução do Projeto causados em razão do período eleitoral	Risco 12 - Complexidade dos fluxos operacionais do projeto (planejamento & execução)	Risco 13 - Tomada de decisão lenta que impacta o Projeto
--	---	---	---

O plano de ação foi construído em maio de 2022 e segue sendo implementado e monitorado mensalmente durante as agendas mensais de coordenação:

Quadro 13 - Plano de ação

Ação	Atividade	Risco vinculado
Consultores de compras e contratos	Preparar e publicar TdRs Contratação dos consultores Início dos trabalhos	Risco 7 e 12
Consultor especialista por tema	Definir temas que receberão o suporte do consultor Definir número de consultores a serem contratados Aprovar recurso para contratação dos consultores Elaborar TdR para contratação Contratação dos consultores Apresentação dos consultores às UOs Início dos trabalhos	Risco 12 e 13
Priorização Ações POA 1 e 2	Definir demandas a serem solicitadas nos POAs 1 e 2 Sistematizar as demandas identificadas Definir prazo para solicitação das demandas dos POAs 1 e 2 Elaborar TdRs/ETs das demandas identificadas dos POAs 1 e 2 Força tarefa para análise de TdRs/ETs Publicação dos TdRs/ETs Processo de compra e contratação dos TdRs/ETs Previsão para início dos serviços/entrega dos bens	Risco 7
Implementação do sistema de gestão	Reunião de kick-off da Fase 3 Apresentação layout do Portal Validar layout do Portal Desenvolvimento da Fase 3	Riscos 2 e 12

	<p>Treinamento e início do uso do sistema</p> <p>Homologação e ajustes</p> <p>Testes assistidos para validação (90 dias)</p>
Revisão de fluxos e processos de aprovação	<p>Implementar mudanças oficializadas pelo MMA</p> <p>Revisão do Mapeamento de Processos de Contratação</p> <p>Construção de Tabela de Monitoramento de Melhorias (TMM)</p> <p>Revisão da TMM incorporando recomendações da Revisão</p> <p>Aprovação da TMM</p> <p>Início da implementação das Melhorias</p>

Riscos 12 e 13

9. SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS

Este capítulo descreve as ações referentes às salvaguardas socioambientais executadas no período de janeiro a junho de 2022 em cumprimento ao Acordo de Doação. O relatório constitui os achados do processo de monitoramento dos Planos Operativos em execução (2018 - 2019 e 2020 - 2021) dos componentes 2, 3 e 4 com a Agência Executora CI Brasil.

No semestre, foram listadas 16 novas atividades que tiveram início no semestre 1/22 para aplicação dos formulários socioambientais e continuação dos processos de monitoramento de atividades em execução. Os formulários foram enviados às unidades operativas para serem preenchidos com o acompanhamento da coordenação de monitoramento e das coordenadoras regionais da CI.

Atividades enquadradas no formulário B – Fase II – Análise Prévia para Solicitação e Realização de atividades Aprovadas no POA

Das 16 atividades monitoradas no formulário B, 44% correspondem a atividades de intervenção indireta, 37,7% de Atividades de intervenção direta exceto obras/reformas/ampliação e 18,3% referente a Atividades de obra, reforma/ampliação de ambientes. Das atividades, 2 necessitam de licenças (Quadro 14).

Quadro 14 - Atividades que necessitam de licença para realização

Atividade	Licença	Status
Realização de expedições do Projeto “Diversidade de peixes em resposta a diferentes tipos de manejo em áreas alagáveis da Amazônia: aspectos ecológicos e socioeconômicos (PELD/DIVA)	Licença SISBIO	Analisada e homologada pelo ICMBio para a coleta de peixes, assim como autorização do DEMUC/SEMA
Elaborar 07 Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala - PMFSPE para exploração de 2.100 hectares de área manejada	Licença de operação	Ainda não solicitada

Em relação à categoria fundiária, 50% das atividades em andamento serão realizadas em unidades de conservação de uso sustentável ou em seu entorno, 18,75% em assentamentos, 18,75% em outras áreas e 12,50% em rios e lagos. As atividades que envolvem assentamentos, são as

relacionadas a elaboração de PRADAS, em Rondônia, e as de plano de manejo florestal, no Amazonas.

Em relação às ações em unidades de conservação e seu entorno, de maneira geral, as atividades monitoradas se referem à elaboração dos planos de manejo/gestão, estudos prévios para concessão e monitoramento.

Em relação a existência de locais sagrados 77% das ações não têm informações suficientes sobre os lugares, e 23% das áreas mencionaram que não existem locais sagrados ou outro tipo de patrimônio físico-cultural ou arqueológico.

Sobre a existência de vegetação nativa nas áreas onde estão ocorrendo as novas atividades monitoradas, 62% das ações estão em vegetação nativa, 23% informaram não ter informações suficientes e 15% informaram não ter vegetação nativa. Não houve relato sobre espécies da flora nativa ameaçadas de extinção na área de influência das atividades monitoradas e não há a introdução de espécie exótica com risco de se tornar espécie invasora.

As novas atividades monitoradas em andamento não preveem supressão da vegetação nativa. Em relação a coleta de produto ou subproduto florestal, 85% informaram não haver coleta e 15% informaram ocorrer coleta de sementes, que é o caso da atividade de “Implantar 05 Áreas de Coleta de Sementes”.

Quanto a caracterização do solo e possíveis impactos, em 54% das ações não registram processos erosivos nas áreas de implementação das atividades e para 46% das áreas não tem informação suficiente.

Das atividades monitoradas em andamento, nenhuma tem como previsão a construção de barragem em igarapé, captação, derivações ou interceptação em curso d'água para qualquer finalidade. Contudo, 23% (3 atividades voltadas para construção e estruturação de viveiros e produção de mudas) afirmaram prever a necessidade de algum tipo de captação de água pontual para viabilizar a rega das mudas, o que não deve gerar impacto em termos de acesso e vazão do curso d'água.

Para as atividades monitoradas em andamento, 92% não preveem a necessidade de controle de pragas e parasitas, e 8% informaram que será necessário o controle de pragas e parasitas, que

será realizado através de manejo integrado de pragas sem uso de agrotóxico, com controle biológico.

Além dos aspectos ambientais, a análise também engloba os grupos sociais. As atividades em andamento envolvem 55% de pequenos agricultores, 27% de agroextrativistas e 18% de ribeirinhos.

Quanto a existência de limitações a grupo social em torno do acesso e uso dos recursos naturais, 67% relataram não ter informações suficientes sobre esse tema/assunto e 33% informaram não ter limitações em torno do acesso e uso dos recursos. Não houve relato de grupos afetados negativamente com as atividades monitoradas em andamento.

A lista das atividades em andamento monitoradas no semestre consta no Anexo B deste documento. O quadro 15 apresenta o resumo dos impactos negativos considerando as respostas apuradas pelos formulários.

Quadro 15 - Potenciais impactos negativos apurados pelo formulário de salvaguardas socioambientais

UO	Atividade	Descrição da Ação	Potencial Impacto Socioambiental negativo	Medida de Controle	Prevenção (P) ou Mitigação (M)	Prazo
SEMA AM	Implantar 05 Áreas de Coleta de Sementes - ACS	Coleta de sementes	Risco de acidentes	Sensibilização e aplicação de boas práticas	P	2023
			Riscos de uso de forma predatória dos recursos naturais		P	2023
IDEFLORBIO	Implantar os viveiros florestais	diagnóstico das comunidades	O Diagnóstico não ser inclusivo	Adquirir logística para aplicar Diagnósticos Rurais Participativos (DRP) para levantar informações sobre comunidades com interesse em implantar os viveiros	P	2023

Além do monitoramento das novas atividades, ocorre continuamente o monitoramento de atividades já iniciadas e relatadas nos relatórios anteriores. É o caso da construção de acordos de pesca, no estado do Amazonas. Após alinhamentos entre a UO, MMA e CI, em relação ao atendimento ao

Marco de Políticas com Povos Indígenas, Marco de Gestão Socioambiental e Marco de Engajamento das Partes Interessadas (Matriz de processo), foi retomada a atividade, orientada por um plano de ação elaborado conjuntamente com a UO e CI sob orientação do Banco Mundial, que prevê o atendimento aos Marcos Socioambientais do projeto, assegurando a realização de consultas a povos indígenas, visando minimizar conflitos socioambientais. Além disso, foi retomado o processo de zoneamento e discussão de regras para cada Acordo de Pesca.

A SEMA-AM retornou a atividade com ida a campo de 24 de maio a 03 de junho de 2022 para realização das oficinas intercomunitárias nas áreas de sete das nove propostas de Acordos de Pesca previstos no projeto ASL (Caurés, Quiuni, Araca, Demeni, Padauiri, Rio Preto e Rio Negro) com o objetivo de validação de informações para implementação das propostas dos acordos de pesca nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Essas atividades também serviram para realizar consulta aos povos indígenas, caracterização e avaliação socioambiental e elaboração de plano de ação para povos indígenas para 2 acordos de pesca (Quiuni e Rio Negro), onde foi constatado algum nível de sobreposição com Terras Indígenas. Até a data de consolidação deste relatório não houve a entrega do relatório dessa atividade, que tem como prazo de entrega o dia 04 de agosto de 2022.

10. LIÇÕES APRENDIDAS

Em interlocução com MMA ficou definido que será necessária a contratação de consultoria para definir uma estratégia de registro de lições aprendidas e ao mesmo tempo identificar e sistematizar as lições no processo de execução do projeto. A indicação da necessidade de ter uma consultoria já é parte do próprio processo de aprendizado, que identificou a necessidade do projeto em ter um olhar externo para a identificação das lições aprendidas e como essas podem contribuir para a melhoria dos diferentes processos de gestão e execução do projeto.

De toda forma, durante esse semestre de execução cabe destacar aqui, de maneira resumida, as lições aprendidas relacionadas ao planejamento do POA 3. O processo de planejamento do projeto é longo e envolve diferentes atores com diferentes expectativas em relação ao apoio das ações. Isso exige uma constante análise e balanceamento entre as demandas que são importantes no contexto local das UOs, mas que nem sempre apresentam relação direta e contribuição aos indicadores. Equalizar essas expectativas requer bastante atenção, de modo garantir que as demandas sob apoio do projeto consigam, ao mesmo tempo, enxergar as necessidades para a implementação de políticas públicas nos Estados e entregar resultados de impacto e de avanço nas metas e indicadores do projeto.

As atividades que podem ser apoiadas pelo projeto são muitas e em variados temas. Por esse motivo, para o último planejamento do POA3 foi necessário definir diretrizes como referência metodológica para conduzir o processo. Essa definição, nos levou ao direcionamento do planejamento para o desenho de atividades com foco nos indicadores e temas prioritários, garantindo mais recursos do projeto para essas ações. Essa estratégia foi uma das respostas de gestão ao fato de termos indicadores importantes com baixo grau de avanço (como o indicador de Áreas em Recuperação, já falado anteriormente). Entretanto, esse direcionamento temático dificultou um controle maior em relação aos recursos planejados, uma vez que foi necessário manter no planejamento as ações já em andamento e incorporar um volume alto de novas atividades que visam atender aos indicadores críticos do projeto. Assim, conseguimos aprovar um POA bem focado nas atividades prioritárias, mas com um valor global alto considerando que será executado em um ano atípico, devido ao processo eleitoral.

Um dos enfoques dados ao processo de planejamento, foi a estratégia preparatória para realizar as rodadas de planejamento junto às UOs. Todos os atores participaram do processo de capacitação para entender e construir as demandas com base nas diretrizes repassadas. Essa estratégia teve êxito na definição das ações, dado os resultados dos percentuais de atividades planejadas nos temas priorizados ficou dentro do esperado. Entretanto, desafios de organização das oficinas de planejamento e do fluxo de validação entre UOs, CI e MMA, levaram a um esforço significativo de alinhamento entre os atores para garantir um planejamento consistente. Além disso, para apoiar a implementação do planejamento do POA, foram pensados instrumentos complementares de priorização para auxiliar a alocação das ações dentro de um horizonte temporal factível.

11. PRÓXIMOS PASSOS

Das ações que ficaram definidas como próximos passos no relatório do segundo semestre de 2021, abaixo consta a atualização:

- Atualização do plano de comunicação: após discussão e consulta sobre as carências da área de Comunicação do ASL até aqui, ficaram estabelecidas novas ações para o plano, com a inserção de novas peças e rotinas discutidas em reunião com o MMA, a saber:
 - Aprimoramento dos materiais de comunicação do Projeto: modelos de Powerpoint, criação de *factsheet* com o projeto em sua fase atual, criação de release institucional, criação de *boiler plate*;
 - Implementação da rotina de relações com imprensa: com a busca ativa de pautas por parte da coordenadora de comunicação do ASL junto às UOs e criação de banco de sugestões de pauta para imprensa;
 - Organização do repositório com os releases já produzidos e distribuídos, assim como a catalogação do clipping gerado até o presente;
 - Criação de campanha e selo/assinatura com os contatos para os canais de registro do Sistema de Sugestões e Queixas.

Ainda está pendente a recomposição da equipe de comunicação do projeto, uma vez que a coordenadora de comunicação ainda não foi substituída.

- O processo de revisão está avançando, com a inclusão da marca da FGV na barra de logos distribuída em junho de 2022, porém ainda seguem pendentes novas definições para que a área de Comunicação da CI possa entrar em contato diretamente com a FGV e alinhar processos de comunicação previstos na segunda fase do projeto, uma vez que o processo de aproximação entre CI-Brasil e FGV está em fase inicial, sendo liderado pelo MMA.
- Finalizar e disponibilizar para uso o sistema de gestão do projeto junto ao MMA;
 - O sistema finalizou a fase 2 (estruturação dos fluxos de implementação do projeto) e deverá finalizar a fase 3 (disponibilização do portal do sistema de gestão) até junho de 2022.
- Capacitar as equipes das unidades operativas, da CI e do MMA para uso do sistema de gestão do projeto;
 - Esta ação será possível a partir da entrega da versão final do sistema.

- Realizar rodadas de planejamento com a unidades operativas para definição das atividades a serem apoiadas no novo ciclo do projeto – POA 2022-2023.
 - Foram realizadas rodadas de planejamento nos estados, análise prévia pelo MMA e deliberação no Comitê Operacional do Projeto - COP. As rodadas nas UOs ocorreram entre os meses de março e maio, com a participação dos pontos focais e técnicos, equipe da CI e do MMA, e tinham como objetivo elaborar a versão preliminar do POA, considerando as diretrizes para a elaboração do POA 3.

O COP aprovou o POA 3 no valor de R\$ 47.292.000, com representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Banco Mundial, Conservação Internacional (CI), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e das Secretarias de Meio Ambiente dos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

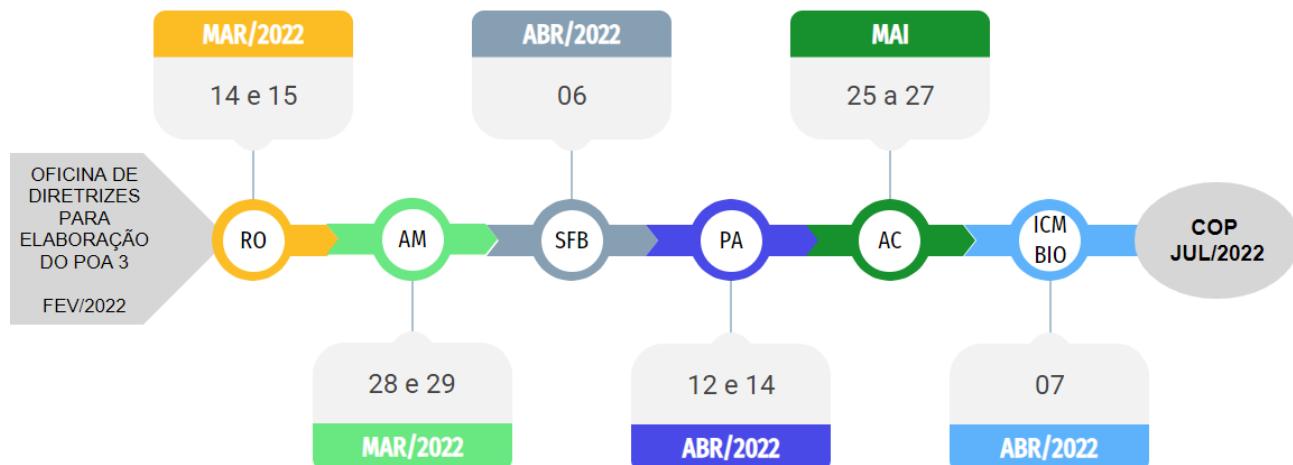


Figura 11 - Linha do tempo do processo de elaboração do POA 3

Como próximos passos:

- Elaborar uma estratégia de capacitação, a fim de disponibilizar de forma mais permanente, e acessível, materiais e orientações relacionadas aos principais aspectos de gestão do Projeto, por exemplo sobre a elaboração de TdRs e sobre as normas de aquisição, salvaguardas socioambientais e outros temas, com datas e metodologias a definir.

- Aprimorar os materiais de comunicação do Projeto, com a criação de modelos de slides, factsheets, boiler plate, banco com sugestão de pautas e repositório com os releases já produzidos e distribuídos, assim como as notícias e informações atualizadas dos resultados e avanços de cada UO – incluindo campanha para promoção dos canais de registro de sugestões e queixas.
- Em interlocução com MMA ficou decidido que será contratada uma consultoria para registro e documentação de lições aprendidas com a finalidade de registrar e sistematizar os aprendizados do projeto.
- Realizar, em conjunto com a consultoria a identificação, sistematização das lições aprendidas em um caderno de lições que possa servir como instrumento documental do projeto e também como registro de gestão.

12. COMUNICAÇÃO

O projeto realizou duas sessões da i. Oficina sobre o Sistema de Sugestões e Queixas, reunindo representantes das UOs – as oficinas foram ministradas pelo Banco Mundial, com coordenação da Conservação Internacional.

As oficinas tiveram duração de três horas, contemplando a apresentação do Sistema de Sugestões e Queixas, com exercícios de fixação para que os participantes pudessem contemplar a acessibilidade do sistema, assim como a dinâmica de ações desencadeadas pelas sugestões e queixas, conferindo transparência e demonstrando a segurança do processo para os que realizam sugestões ou queixas. Na sessão I (27 de janeiro), participaram 19 convidados e, na sessão II (3 de março), contamos com a participação de 5 convidados. Após a realização das Oficinas, foi feita a distribuição do ii. Guia do Sistema de Sugestões e Queixas. Importante ressaltar que, mesmo após duas sessões com orientações relacionadas ao Sistema, não se notou crescimento ou mesmo acesso relacionado ao registro de queixas – o que, mais tarde, levou a sugestão de campanha de promoção sobre os canais de registro de sugestões e queixas, conforme mencionado no tópico acima.

Ainda sobre eventos, a Comunicação dos componentes 2, 3 e 4 do projeto apoiou o Banco Mundial na organização e conteúdo do evento internacional e online iii. Voces Jóvenes de la Amazonía, organizado pelo programa regional ASL no dia 30 de junho, com o objetivo de discutir os impactos do Projeto nas crianças das comunidades onde o ASL se desenvolve, em toda a América Latina.



Figura 12 - Evento internacional online "Voces jóvenes de la Amazonía".

A Comunicação seguiu promovendo a transparência dos editais do Projeto, com um total de **iv. 44 Editais e Detalhamentos Técnicos** no portal de Oportunidades, da CI-Brasil.

No aspecto da transparência e chamamento de fornecedores, a Comunicação estruturou **v. Campanha para Captação de Fornecedores** ao divulgar, em nível nacional, o cadastramento para empresas e profissionais das mais variadas indústrias e no setor de serviços, pelo formulário promovido no LinkedIn, rede social com maior apelo profissional. Até o final de junho, o post foi visualizado por 5.020 fornecedores de produtos e serviços de todo o Brasil.

No que diz respeito às **vi. Redes Sociais e Campanhas** externas, foram criados posts sobre o apoio do Projeto à [cadeia da pesca no Médio Juruá](#) e sobre a [criação de viveiros para a preservação da vegetação nativa na APA Triunfo do Xingu](#) - materiais que foram traduzidos para o inglês e o espanhol e compartilhado com o time do Banco Mundial, para uso em suas redes e materiais de comunicação interna.

Outras atividades da Comunicação no semestre disseram respeito ao **vii. Branding do Projeto**, onde apoiamos a aplicação da marca ASL e da barra de logos de apoiadores em diversos produtos, como a sinalização de veículos, aplicação da marca em materiais impressos, entre outros. Atividades de branding demandaram atenção especial no período, considerando os cuidados especiais requeridos durante o período de Defeso Eleitoral.

De janeiro a junho, o Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia enviou cinco **viii. Newsletters** para uma média de 97 contatos que fazem parte da audiência da comunicação interna - pontos focais que trabalham diretamente em atividades da iniciativa. Ao todo, essas cinco edições foram abertas 487 vezes - média de 75 aberturas por edição -, em uma média de 18% do público a cada publicação. A CI continua com a estratégia de aumentar a divulgação via aplicativo de mensagem instantânea (a exemplo de Whatsapp), o que explica o número de aberturas dar impressão maior de engajamento do que a percentagem correspondente à média de público por e-mail. Isso porque alguns interessados acabam tendo acesso à newsletter clicando no link e não pela abertura do e-mail em suas caixas de entrada, pois alguns domínios de e-mails ainda identificam o disparo em massa como um tipo de SPAM e encaminham diretamente ao lixo eletrônico. Além disso, há pessoas que abrem mais de uma vez a newsletter.

13. Resultados da execução técnica e financeira referentes ao Componente 1 - Sistema de Áreas Protegidas da Amazônia

Esta seção tem como objetivo apresentar os resultados da execução técnica e financeira do componente 1 - Sistema de Áreas Protegidas da Amazônia do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil. Conforme mencionado anteriormente, o componente 1 trata do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), assim, as informações referentes ao mesmo foram sistematizadas pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade- Funbio, gestor financeiro do Programa e pelo Departamento de Áreas Protegidas- DAP/SAP responsável por sua coordenação no do Ministério do Meio Ambiente. Convém destacar algumas particularidades do presente reporte uma vez que constitui o primeiro esforço de integração de informações deste componente nos relatórios de progresso do projeto.

- O Programa ARPA tem um ferramental de gestão e acompanhamento bem estabelecido, contando com mecanismos próprios de reporte e monitoramento. Além de diversos relatórios cuja elaboração é de responsabilidade do DAP/MMA e Funbio (12 no total) e que têm periodicidades variadas (anual, bienal, trimestral, etc), conta com instrumentos e informações aplicados ou solicitadas, normalmente, em bases anuais (p.ex. aplicação da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação- FAUC, específica do ARPA ou apresentação de contrapartidas pelos OGs). Assim, há uma divergência de recorte temporal relativo ao fornecimento de informações quando comparado ao dos demais componentes do projeto, que é feito em bases semestrais. Destaca-se que este ponto já foi identificado pelos diversos parceiros do projeto, contudo, tendo em vista que se trata de um componente que tem uma natureza diferenciada e que reportes semestrais demandariam um esforço demasiado no contexto do Programa ARPA, optou-se, quando possível, por apresentar as informações já coletadas nas rotinas do programa e disponibilizadas em seus relatórios.
- Optou-se por apresentar informações considerando tanto as ferramentas do GEF Paisagens, a fim de permitir um grau de comparabilidade com relação a outros projetos ASL (p.ex. Tracking Tools, que é aplicada apenas no início, meio e término do projeto e adota os níveis alto, médio e baixo para fins de análise da consolidação de áreas protegidas), quanto as ferramentas específicas do Programa ARPA (p.ex. FAUC, que permite aferir anualmente os avanços em termos de consolidação de UCs apoiadas e utiliza os níveis i) muito baixo,

ii) baixo, iii) médio, (iv) alto e consolidada como recortes de análise³). Desta forma, na subseção que trata de indicadores de resultado (13.4), para o indicador 0.2 (*Áreas de UCs apoiadas pelo projeto (novas e existentes) com i) baixa, ii) média ou iii) alta efetividade de gestão segundo critério definido (ha, millions)*), são utilizados os parâmetros específicos do GEF, enquanto para o indicador 1.1 (*UCs existentes apoiadas pelo fundo de transição (ARPA) com melhorias de gestão*). é utilizada a FAUC). Para subseção que trata do da Descrição de desempenho do componente 1 (item 13.5), por sua vez, são utilizadas informações da FAUC, que permitem um monitoramento mais refinado do avanço em termos de consolidação das UCs apoiadas (uma vez que é feito anualmente);

- Como se trata de um primeiro esforço de reporte do componente 1 integrado aos demais componentes nos relatórios de progresso do projeto, foram inseridas algumas informações que remetem a resultados agregados desde 2017 até 2021. Além disso, como informado acima, o Programa ARPA não realiza reportes de suas informações semestralmente, desta forma, avanços ou eventuais retrocessos normalmente serão indicados apenas em bases anuais ou, eventualmente, trimestrais (considerando, por exemplo, os dados de execução financeira do Fundo de Transição do Programa, contidas no Relatório L).

13.1. Execução Financeira do Fundo de Transição do Programa ARPA

Como mencionado acima, no regime de relatórios de rotina do Programa Arpa, o Relatório L, relatório de finanças específicas para doadores, é o documento que reporta a capitalização do Fundo de Transição e execução financeira dos recursos do Fundo. Este documento tem série histórica iniciada em 2014 com documentos emitidos em regime semestral entre abril e outubro de cada ano. A versão mais atual do documento foi emitida em abril de 2022 e pode ser consultada no link: [Relatório L Abril 2022](#).

Sobre a capitalização do Fundo de Transição, em 30 de junho de 2022 a carteira local estava avaliada em R\$ 136 milhões e a carteira offshore em USD 101 milhões. Em 2022 a carteira internacional apresentou um desempenho de -21,5%, uma queda superior aos -18,3% do benchmark. Contudo, desde

³ Para fins de compatibilização das categorias adotadas pelo ARPA e pelo GEF paisagens considera-se as seguintes correspondências. Nível Alto GEF Paisagens = Somatório dos níveis consolidado e alto (FAUC)/ Nível Médio GEF Paisagens = Nível Médio FAUC; e Nível Baixo GEF Paisagens= Somatório dos níveis baixo e muito baixo (FAUC).

novembro de 2018 o Fundo acumula um ganho de 31%, superior ao ganho de 25% do benchmark. Em 2022 todas as classes de ativos apresentaram retornos negativos, com destaque para a renda variável. O Comitê de Gestão de Ativos do FUNBIO orienta que não sejam realizadas mudanças na alocação de ativos neste momento. É esperada uma recuperação dos ativos uma vez normalizadas situações como a guerra da Ucrânia e a pandemia reincidente na China. Na carteira local o resultado está 0,9% positivo no ano. No curto prazo o desempenho dos fundos investidos ficou aquém dos benchmarks. Entretanto, em análise realizada levando-se em consideração prazos mais longos o desempenho dos fundos investidos se mostra consistentemente superior ao benchmark.

Os valores de capitalização acumulada do FT são gerados para apresentação no relatório L, de acordo com dados até março de 2022, apresentados na última edição do relatório o FT apresenta USD 226,1 milhões. Esses dados serão revistos para o relatório L de outubro de 2022.

13.2. Recurso de contrapartidas dos órgãos gestores do Programa ARPA apoiados pelo projeto ASL Brasil

No contexto das rotinas já estabelecidas do ARPA são feitos reportes anuais das contrapartidas apresentadas pelos Órgãos Gestores parceiros- OGs, que são sistematizadas nos relatórios do Programa. A solicitação para o reporte de contrapartidas relativas a 2021, que seguem sistematizadas no quadro abaixo, foi feita entre jun e jul/2022:

Quadro 15: Contrapartida apresentada pelos órgãos gestores referentes à execução em 2021, contendo detalhamento por categoria de gasto (investimento, manutenção, salário).

OG	Investimento	Manutenção	Salários (custos diretos e indiretos)	Total não salarial	Total com salário
AC	R\$ 232.399,90		R\$ 473.903,96	R\$ 232.399,90	R\$ 706.303,86
AM	R\$ 915.129,79	R\$ 7.331.413,25	R\$ 1.685.610,00	R\$ 8.246.543,04	R\$ 9.932.153,04
AP	R\$ 8.485,26	R\$ 80.963,44	R\$ 613.030,04	R\$ 89.448,70	R\$ 702.478,74
ICMBio	R\$ 5.333.181,09	R\$ 971.129,95	R\$ 17.889.310,96	R\$ 6.304.311,04	R\$ 24.193.622,00
MT	R\$ 212.000,00	R\$ 180.384,09	R\$ 3.139.018,03	R\$ 392.384,09	R\$ 3.531.402,12
PA		R\$ 998.059,43	R\$ 543.509,59	R\$ 998.059,43	R\$ 1.541.569,02
RO	R\$ 19.379,04	R\$ 3.290.816,67	R\$ 2.293.105,75	R\$ 3.310.195,71	R\$ 5.603.301,46
TO		R\$ 226.819,24	R\$ 272.398,90	R\$ 226.819,24	R\$ 499.218,14

Total Geral	R\$ 6.720.575,08	R\$ 13.079.586,07	R\$ 26.909.887,23	R\$ 19.800.161,15	R\$ 46.710.048,38
-------------	------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

É importante acrescentar que esses dados referentes às contrapartidas apresentados pelos órgãos gestores aos recursos do Fundo de Transição do ARPA foram também contemplados na linha (MMA – SECEX) do Quadro 09, que trata da contrapartida planejada e executada por UO.

Tendo em vista o esforço recente de compatibilização de informações entre todos os componentes do projeto ASL Brasil convém destacar que são passadas orientações para as UOs que executam os componentes 2, 3 e 4 do projeto para que, no reporte efetuado por elas, não sejam considerados recursos e ações do programa ARPA (componente 1). Desse modo, buscamos evitar uma sobreposição de reportes, algo que temos atentado e buscaremos refinar cada vez mais para os próximos relatórios.

13.3. Auditoria

No escopo do Programa ARPA está prevista a realização periódica de auditorias externas da execução de recursos do Fundo de Transição, que são objeto do Relatório I. A auditoria mais recente foi compartilhada em junho/2022 e se refere ao período de período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, acessível em: [Relatório I ARPA 2021](#)

13.4. Indicadores de Resultado

Correspondem ao componente 1 do projeto os indicadores 0.1, 0.2, 1.1 e 1.2 que foram mensurados a partir dos dados levantados e sistematizados pelo DAP/MMA e Funbio. Para o indicador 0.1 foram consideradas informações obtidas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC e informações apresentadas pelos órgãos gestores entre junho e setembro de 2021. No indicador 0.2 foram considerados os resultados da aplicação da Tracking Tool em 2017 e 2021, ou seja, início e meio do projeto, já que a próxima aplicação da ferramenta será realizada apenas ao final do projeto. Para o indicador 1.1 se considerou o resultado da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação - FAUC aplicada em 2017 e 2021, já que a ferramenta é de aplicação anual e os resultados são sistematizados ao longo do segundo semestre de cada ano. No caso do indicador

1.2 são considerados dados de execução do Fundo de Transição reportados pelo Funbio trimestralmente por meio do Relatório L.

Em relação ao indicador 0.1 (*Criação de novas áreas protegidas - UCs*) são contabilizados os resultados acumulados que correspondem às 10 UCs criadas entre 2017 e 2021 (Anexo C). Adicionalmente, há 19 processos de criação de novas UCs apoiados pelo ARPA. 5 deles são de UCs federais que contam com diagnósticos e consultas públicas concluídas. 14 são processos em nível estadual em execução. Durante esse segundo semestre de 2022 serão realizados levantamentos junto aos órgãos gestores para fins de atualização e análise de avanços nos estudos dos processos de criação.

Na análise do indicador 0.2 (*Áreas de UCs apoiadas pelo projeto (novas e existentes) com i) baixa, ii) média ou iii) alta efetividade de gestão segundo critério definido*) se verifica a superação da área de UCs apoiadas pelo Programa em 878 mil hectares quando comparado à linha de base do projeto, assim como um avanço significativo em termos de evolução das UCs entre os grupos de efetividade. São considerados os resultados da aplicação da Tracking Tool em 2021. Uma nova aplicação da ferramenta é prevista ao final do projeto, quando será possível reavaliar o desempenho do indicador. A pontuação obtida por cada UC nas aplicações da Tracking Tool em 2017 e 2021 consta no Anexo D.

No indicador intermediário 1.1 (*UCs existentes apoiadas pelo fundo de transição - ARPA com melhorias de gestão*) foram reportadas 80 UCs que tiveram melhoria de gestão, ou seja, passaram do nível de consolidação que apresentavam na linha de base em 2017 para um nível mais alto em 2021 (**Quadro 16 e ANEXO E**). Para essa análise foram considerados os dados da aplicação da FAUC para o universo de 114 UCs apoiadas pelo Programa ARPA desde 2017, o que representa um desempenho de 70% de melhoria de gestão das UCs apoiadas no período. Está em processo de sistematização e análise o resultado da aplicação da FAUC em 2022, portanto a atualização do indicador deverá ser realizada para o próximo relatório de progresso.

Quadro 16 – Detalhamento da análise de melhoria de gestão das UCs, conforme aplicação da FAUC em 2017 e 2021

Nível de consolidação (FAUC)	2017 (linha de base)	Nº UCs que melhoraram a gestão entre 2017 e 2021	Observação
baixo	19	8	3 foram para médio 5 foram para alto (11 mantiveram-se em baixo)
médio	34	15	15 foram para alto (16 mantiveram-se em médio e 3 regrediram para baixo)
alto	61	57	57 mantiveram-se em alto e 4 regrediram para médio
Total UCs	114	80	
		70%	

De forma complementar à análise do indicador é importante registrar que a partir de 2017 ao Programa ARPA aderiram 5 novas UCs (Rebio Guaporé, PN Monte Roraima, PN Pacaás Novos, PN Acari e Rebio Manicoré). Além disso, em 2021 ajustou-se o registro do PE Cristalino II que realiza gestão integrada com PE Cristalino e não vinha sendo computado corretamente em termos de área e número de UCs apoiadas pelo Programa. Como a análise da consolidação dessas UCs não entrou na avaliação acima uma vez que, para fins de comparação e para evitar distorções optou-se por manter o mesmo universo de UCs apoiadas desde o início do projeto (114) cabe destacar que duas delas avançaram em termos de nível de consolidação, uma manteve-se em nível alto e outra manteve-se em nível baixo. Para duas delas não há registros suficientes que permita realizar análise, pois entraram no Programa em 2021. (ANEXO F).

Indicador 1.2

O Quadro abaixo apresenta o detalhamento dos resultados reportados para os indicadores relacionados ao componente 1 (0.1, 0.2, 1.1 e 1.2).

Quadro 17- Resultados reportados para os indicadores relacionados ao componente 1.

Indicadores de Resultados Globais					
Os ODPs devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.					
Indicador:	Linha de base:	Valor anterior:	Valor no período:	Valor acumulado:	Justificativa / Comentários
2021/02	jan a jun 2022				

0.1 Criação de novas áreas protegidas (UCs) (ha, millions)	0.00			1.215.827	O valor acumulado corresponde às 10 UCs criadas entre 2017 e 2021, que contabilizam para as metas do ARPA.
0.2 Áreas de UCs apoiadas pelo projeto (novas e existentes) com i) baixa, ii) média ou iii) alta efetividade de gestão segundo critério definido (ha, millions)*	Total: 60.00 Group 1: 10 2: 44 3: 6	Total: 60.878.393 Group Baixo: 1.120.426 Médio: 47.407.007 Alto: 12.350.960		Total: 60.878.393 Group Baixo: 1.120.426 Médio: 47.407.007 Alto: 12.350.960	Considera 118 UCs apoiadas que possuem TT preenchida em 2017 (linha de base) e 2º semestre de 2021. Não considera PN Acari e Rebio Manicoré que entraram no Programa em julho de 2021.

Indicadores de Resultados Intermediários

Indicador:	Linha de base:	Valor anterior: 2021/02	Valor no período: jan a jun 2022	Valor acumulado:	Justificativa/comentários
1.1 UCs existentes apoiadas pelo fundo de transição (ARPA) com melhorias de gestão**	65.00	80.00	-	80.00	Análise comparativa da melhoria de gestão das 114 UCs entre 2017 e 2021 (80 UCs tiveram melhoria de gestão - passaram para nível de consolidação mais alto, ou mantiveram o nível alto nesse período) O indicador será atualizado no Relatório de Progresso referente ao segundo semestre de cada ano uma vez que os dados da FAUC são consolidados entre agosto e setembro de cada ano.

1.2 Capitalização do Fundo de Transição ARPA (US\$ milhões)	134.00			\$ 226.170.703	TOTAL APORTEADO OFF + LOCAL + RENDIMENTOS (USD), conforme Quadro 2 do Relatório L (abril 2022). Disponível em: Relatório L Abril 2022.
---	--------	--	--	----------------	--

* considera a aplicação de Tracking Tools em 2017 e 2021.

** considera a aplicação de FAUCs, que é realizada anualmente.

13.5 Descrição de Desempenho (2021)

Como se trata de um Programa de longa duração, a implementação do ARPA é pautada pelo estabelecimento de metas de consolidação em prazos determinados. Uma UC consolidada significa que está dotada de estrutura mínima de gestão que garanta sua integridade no curto prazo e viabilize o planejamento de médio prazo para que possam cumprir as finalidades para as quais foram criadas.

A estrutura mínima de gestão de consolidação está dividida em graus I e II que contemplam conjuntos diferentes de atividades a serem viabilizadas. Para tanto, é utilizado como parâmetro o apoio a Marcos Referenciais específicos, segundo a natureza de custos (de investimento ou manutenção)⁴. Em resumo, UCs de Grau I recebem apoio para 7 Marcos Referenciais enquanto UCs Grau II recebem para 12 MRs⁵

Conforme mencionado previamente, para monitorar o avanço das UCs em termos de consolidação, é empregada a FAUC, um instrumento do Programa que permite aferir periodicamente os avanços, excepcionalmente o retrocesso e orientar as ações em prol da consolidação das UCs. A FAUC é

⁴ Custos de investimentos são aqueles necessários para a implementação de ações pontuais como construção de uma estrutura, desenvolvimento de um plano, compra de um carro. São ações pontuais porque são realizadas em um prazo definido e não são corriqueiras. Os custos de manutenção, por outro lado, são os custos correntes de operação, manutenção e reinvestimentos. São constantes e por isso são de longo prazo (serão sempre necessários). São exemplos a manutenção das estruturas, as ações de fiscalização, compra de combustível, a renovação dos equipamentos e etc.

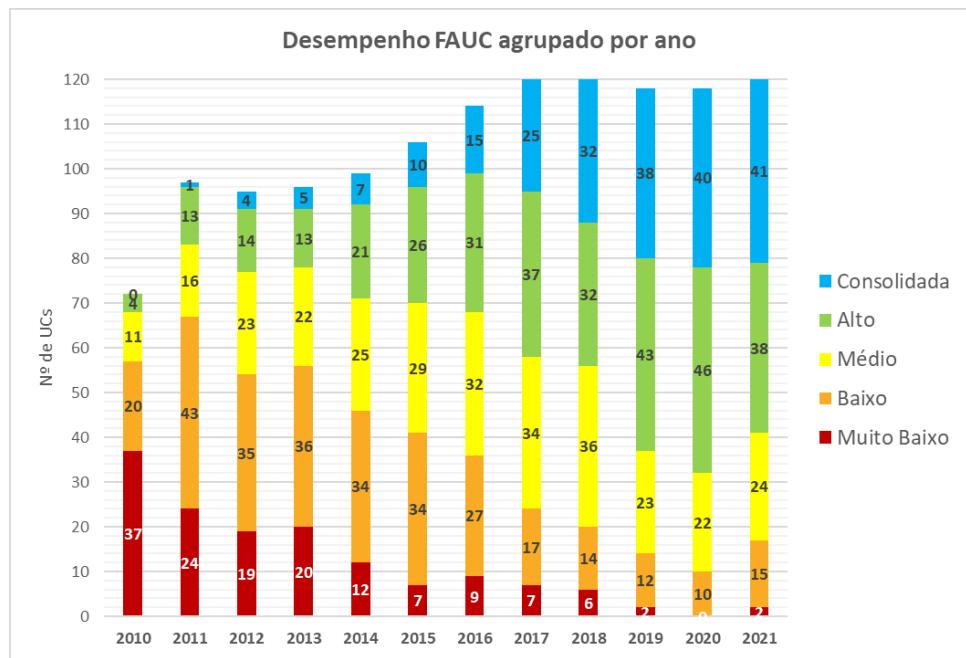
⁵ Para UCs Grau I são apoiados os seguintes MRs: Plano de Manejo, Formação do Conselho, Funcionamento do Conselho, Sinalização, Proteção, Equipamentos e Monitoramento, e para as UCs em grau II, além destes, outros cinco Marcos Referenciais (Termo de Compromisso ou CDRU, Levantamento fundiário, Demarcação, Pesquisa, Instalações mínimas).

preenchida anualmente pelos gestores das Unidades de Conservação e validadas pelo Órgão Gestor e pela Unidade de Coordenação do Programa- UCP/MMA. Outro instrumento relevante para a análise do desempenho físico das UCs é o Plano de Consolidação, que é pactuado junto aos OGs e gestores das UCs e estabelece as metas a serem alcançadas, por UC, por MR, em prazos específicos. Atualmente há a perspectiva de que as UCs apoiadas pelo Programa se consolidem até 2026. Contudo, devido a impactos da pandemia de Covid-19, dentre outros fatores, há possibilidade de reavaliação deste prazo.

Os dados mais recentes relativos à consolidação de UCs apoiadas constam no Relatório C do Programa ARPA, de 2022, acessível em http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-C_Necessidades-Financeiras-ARPA-22-23-vCon-Esperada_fev1-REV1.pdf e indicam de acordo com as FAUCs mais atuais (consolidadas em 2021) que há 41 UCs plenamente consolidadas. Considerando as UCs com apenas 1 ou 2 MRs a serem alcançados, ou seja, com alto nível de consolidação, são 38 UCs próximas de se consolidar em um cenário próximo. Para interpretação do gráfico da Figura 14 abaixo, considerar correspondência na tabela seguinte:

Figura 14- Status de consolidação de UCs apoiadas pelo ARPA conforme FAUC 2021⁶

⁶ Para fins de compatibilização das categorias adotadas pelo ARPA e pelo GEF paisagens considera-se as seguintes correspondências. Nível Alto GEF Paisagens = Somatório dos níveis consolidado e alto (FAUC)/ Nível Médio GEF Paisagens = Nível Médio FAUC; e Nível Baixo GEF Paisagens= Somatório dos níveis baixo e muito baixo (FAUC).



Quadro 18 – Correspondência entre MRs alcançados e grau de consolidação⁷

Marcos Referenciais alcançados Grau I	Marcos Referenciais alcançados Grau II	Grau de Consolidação
0 a 1	0 a 3	Muito Baixo
2 a 3	4 a 6	Baixo
4	7 a 9	Médio
5 a 6	10 a 11	Alto
7	12	Consolidada

No que concerne à performance de consolidação no nível dos Órgãos Gestores, que constitui uma das Condições de Desembolso do ARPA (apresentando a porcentagem do total agregado da meta

⁷ Cumpre sinalizar a aprovação da inclusão de duas novas UCs em 2021 no Programa ARPA, o PARNA do Acari e a Rebio do Manicoré, ambas do ICMBio, que, por terem aderido ao ARPA após 2018, têm sua performance de consolidação aferida de modo diferenciado e que, por terem sido recentemente inseridas no Programa, ainda detêm nível muito baixo de consolidação.

de consolidação alcançado pelas UCs excluindo o nível de pessoal conforme especificado no Plano de Consolidação do OG)⁸ foram verificados, de acordo com os dados mais recentes, os desempenhos sinalizados na tabela abaixo:

Quadro 19: performance de consolidação por OG em 2021⁹.

Ano: 2021	OG	Nº de UC Grau I	Nº de UC Grau II	Nº de UC	Nº de metas cumpridas Grau I	Nº de metas cumpridas Grau II	% de Cumprimento do PC - grau I	% de Cumprimento do PC - grau II
% de Cumprimento do Plano de Consolidação (PC) - SEM EQUIPE, a partir da FAUC. Antiga Condição de Desembolso nº 10 (atual CD 08)	AC	0	1	1	0	7	N/A	58,3%
	AM	20	4	24	130	39	92,9%	81,3%
	AP	1	0	1	4	0	57,1%	N/A
	ICMBio	44	28	72	265	213	86,0%	63,4%
	MT	5	3	8	23	24	65,7%	66,7%
	PA	3	0	3	21	0	100,0%	N/A
	RO	6	2	8	38	21	90,5%	87,5%
	TO	0	1	1	0	12	N/A	100,0%
	Total	79	39	118	481	316	87,0%	67,5%

Por fim, no tocante à gestão no nível mais abrangente do Programa, destaca-se a realização de consultorias aprovadas pelo Comitê do Fundo de Transição-CFT, ao longo de 2021, com o propósito de aprimorar ferramentas do ARPA e propor subsídios para fundamentar as discussões e deliberações em suas instâncias colegiadas. Assim, foram contratados consultores independentes que realizaram: i) Revisão das modelagens de custo e financeira do ARPA; ii) Estudo sobre pressões e ameaças nas UCs apoiadas; e iii) Avaliação dos Núcleos de Gestão Integrada apoiados enquanto piloto pelo Programa durante o PO 2020/2021.

⁸ Para os casos em que, conforme a FAUC 2021, a UC superou a meta do MR estipulada pelo Programa de acordo com o seu grau e Plano de Consolidação, foi considerado que a UC cumpriu com o plano de consolidação, mesmo que este tivesse um cenário planejado superior, situações recorrentes especialmente para UCs em grau I. Essa solução visou não prejudicar o desempenho da UC em função de planejamentos mais ambiciosos, em relação às metas de consolidação do ARPA.

⁹ Está sendo considerado o universo de 120 UCs apoiadas pelo Programa ARPA excluindo-se o PARNA do Acari e REBIO do Manicoré, que entraram em 2021.

Para além disso foi realizado o ciclo de oficinas de planejamento para os POs 2022/2023 entre os meses e março e abril de 2022, cuja execução pelas UCs foi iniciada na sequência, realizado o levantamento de contrapartidas junto aos OGs entre os meses de jun e jul/22, iniciado o levantamento e análise das FAUCs 2022.

13.6. Sustentabilidade das ações do Programa ARPA

Ao longo de seus 20 anos o ARPA passou por etapas de aprimoramento de seus processos de gestão e operacionalização. A principal referência para compreender seu funcionamento consiste no seu Manual Operacional do Programa- MOP (disponível em <http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Manual-Operacional-do-ProgramaArpa-Atualiza%C3%A7%C3%A3o-Dezembro-de-2020-1.pdf>), que descreve detalhadamente seus objetivos, estruturas de governança, estrutura operacional e ferramentas para planejamento e mecanismos de monitoramento, dentre outros.

O Programa está em sua terceira fase, que foi iniciada em 2014 e que é caracterizada pela adoção de um arranjo inovador que visa promover condições para que, gradativamente, no longo prazo, os órgãos gestores das UCs apoiadas alcancem as condições para garantir sustentabilidade financeira para sua gestão. Assim, até 2039, são aplicados recursos conforme ciclos bienais que resultam da composição de duas fontes, do Fundo de Transição (que reúne recursos provenientes dos doadores do Programa) e de contrapartida (oriunda dos Órgãos Gestores). De acordo com a lógica do Programa, que se utiliza de ferramentas como modelagens de custos e financeiras, ao longo dos anos deve haver um aporte decrescente de recursos do FT à medida que aumentam os recursos dos órgãos gestores. Desta forma, a sustentabilidade e o ganho progressivo de autonomia dos órgãos gestores na consolidação e manutenção de UCs sob sua responsabilidade estão no cerne desta nova etapa.

13.7. Fatores críticos que afetaram o desempenho do Programa

Devido à pandemia de Covid-19 e à necessidade de adoção de distanciamento social, muitas atividades cuja execução estava prevista, inclusive reuniões de Conselhos Gestores foram canceladas ou adiadas, afetando a gestão de grande parte das UCs do Programa ARPA. Desta

forma, a performance do Programa pode ter sido comprometida por esta situação excepcional que, conforme relatos de diversos gestores de UCs, agora tende a ser minimizada.

Considerando as restrições impostas e, por conseguinte, comprometimento da execução financeira, o Comitê do Programa deliberou pela prorrogação dos Planos Operativos 2020/2021 para mar/22. Além disso, adiou-se o planejamento para um novo biênio para o período de nov/21 a mar/22, tendo as oficinas para a elaboração dos POs 2022/2023 das UCs realizadas de forma virtual entre março e abril de 2022.

O aumento de fatores de pressão nas UCs atrelados a invasões, desmatamento ilegal, atividades de garimpo, etc, bem como a insuficiência de recursos humanos nas equipes gestoras também foram reportados, durante as oficinas de planejamento e no contexto de atividades de monitoramento do ARPA como aspectos que impactaram negativamente a gestão das UCs apoiadas.

Para além disso destaca-se a lacuna de realização de reuniões de alguns colegiados do Programa entre 2020 e 2022, notadamente o Fórum Técnico, composto sobretudo por Pontos Focais dos Órgãos Gestores do ARPA e a Comissão de Gestores, da qual fazem parte gestores de UCs apoiadas. As reuniões do Fórum Técnico foram retomadas (foram realizadas reuniões em fev/22 e jun/22) e tem-se a expectativa de realização de uma reunião da Comissão de Gestores ainda no segundo semestre de 2022.

13.8. Riscos e oportunidades que podem afetar o desempenho do Programa

A permanência da condição de pandemia de Covid-19 com eventual agravamento, a manutenção de fatores de pressão de desmatamento nas UCs, impactos na execução das atividades causados em razão do período eleitoral, a rotatividade e/ou carência de pessoal, bem como a dificuldade, por parte dos OGs, de aportar contrapartidas conforme previsto pelas modelagens do Programa constam como alguns dos principais fatores de risco que podem afetar negativamente a performance do ARPA.

A adoção de ferramentas que permitem a realização de reuniões de forma virtual traz, por um lado, potenciais benefícios para determinadas atividades, como a possibilidade de otimização de custos e esforços e a ampliação da participação de representantes. Por outro lado, traz riscos uma vez que

a precariedade do acesso à internet e a dificuldade, por parte sobretudo de representantes comunitários das UCs, em lidar com tecnologias digitais geram uma situação de exclusão digital e consequente fragilização do engajamento dos atores e da participação social.

Em termos de oportunidades, sublinha-se na escala federal, em relação às limitações de recursos humanos e às capacidades de combate a ilícitos ambientais nas UCs na Amazônia, a contratação de novos servidores oriundos dos concursos realizados recentemente para o ICMBio e IBAMA. No tocante ao desenvolvimento de alternativas para o aporte de contrapartidas e sustentabilidade financeira das UCs, visando a transição de financiamento conforme estratégia do Programa destaca-se a criação, no contexto do CFT de um Grupo de Trabalho específico para apoio aos Órgãos Gestores.

13.9. Salvaguardas socioambientais

O Programa Arpa opera sustentando por salvaguardas expressas em seu Manual Operacional. São monitoradas as atividades relativas ao Marco de Gestão Socioambiental, ao Marco de Políticas com Povos Indígenas e a Matriz de Processos do Projeto. Os documentos podem ser acessados no anexo 2.8 do módulo 2, no MOP do Programa Arpa, disponível no link: [Salvaguardas ARPA](#). O FUNBIO orienta e monitora os processos de contratação e contratos derivados, fornecendo em seus treinamentos a orientação aos usuários implementadores do Programa. Na ponta o FUNBIO conta com o monitoramento das atividades derivadas da aplicação deste investimento e reporte dos colaboradores em caso de necessidade de acionamento de salvaguardas. No período deste relatório não houve necessidade de acionamento das salvaguardas monitoradas.

13.10. Próximos passos

O Programa ARPA tem uma estrutura consolidada, com mecanismos de operacionalização, monitoramento bem estabelecidos. Para além das atividades de rotina, que envolvem e a gestão das aquisições de bens e serviços para viabilizar avanços na consolidação das UCs apoiadas, a coleta de insumos e elaboração de relatórios periódicos, a operacionalização das instâncias de

governança do ARPA, a interlocução permanente com parceiros, são realizadas ações que visam o aprimoramento dos fluxos, condições e ferramentas do Programa.

Assim, em termos de próximos passos para além das atividades comumente realizadas, destaca-se a condução de discussões no âmbito dos seguintes Grupos de Trabalho criados pelo CFT: GT refinamento da revisão dos modelos de custo e financeiro do Programa Arpa; GT para apoio aos OGs para a implantação de novos mecanismos financeiros que garantam a contrapartida esperada pelo modelo financeiro; GT para revisão da redação das Condições de Desembolso; GT para proposta e monitoramento de aplicação de recursos extraordinários para a proteção aprovados pelo CFT, além da Revisão do ciclo de planejamento e Relatórios do Programa. Também registra-se a realização de um treinamento (previsto para out/22) envolvendo gestores de UCs com altos níveis de consolidação com vistas a criar condições que permitam avançar de forma mais célere, alcançando a consolidação e, assim, impulsionar a performance do Programa.

13.11. Comunicação

Os fluxos de comunicação interna entre os parceiros das diversas instâncias do Programa ARPA são feitos principalmente através das ferramentas formais já estabelecidas (via e-mails específicos do programa, envio de documentos formais via Sistema Eletrônico de Informações, envios de mensagens e comunicações de caráter geral por meio de informativos no Sistema Cérebro, por meio do qual é realizada a interlocução mais próxima com os gestores das UCs, etc).

Para fins de comunicação com o público em geral, destaca-se os canais já existentes no Funbio para a realização de queixas e reclamações (gs@funbio.org.br para acionamento de salvaguardas / comite.etica@funbio.org.br para denúncias / protesto.compras@funbio.org.br para envolvidos em processos de compras e contratações) e as práticas de publicização de atividades e documentos do Programa em geral e nas UCs apoiadas (via site do Funbio: [Site do ARPA no FUNBIO](#) e site específico do Programa: www.arpa.mma.gov.br). Adicionalmente é apoiada a elaboração de materiais informativos e de divulgação no contexto das atividades diretamente realizadas pelas UCs. Por fim, destaca-se a recente elaboração de uma nota técnica sobre o balanço do Programa ARPA, que será publicada em breve, bem como a elaboração de um vídeo de divulgação elaborado para a comemoração dos 20 anos do Programa ([Vídeo Comemorativo de 20 anos do Programa ARPA](#))

Também merece destaque a publicação “*Securing Sustainable Financing for Conservation Areas : A Guide to Project Finance for Permanence*”¹⁰, que contempla a estratégia financeira do Programa ARPA, foi elaborada no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia com apoio do DAP/MMA e do Funbio e lançada em 2021 em inglês e espanhol.

¹⁰ Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/438031638766355288/securing-sustainable-financing-for-conservation-areas-a-guide-to-project-finance-for-permanence>

13. ANEXOS

14. ANEXO A – Lista de instrumento repostados pelas UOs no 1º semestre de 2022.

UO	INSTRUMENTO	DESCRÇÃO
SEMA AMAZONAS	IN 3, DE 19 DE AGOSTO DE 2020 - Entorno da Floresta Estadual Canutama	Acordos de Pesca formalizados no Estado do Amazonas, por sua característica pode ser mensurado na categoria de instrumento de incentivo para reduzir a perda florestal
SEMA AMAZONAS	IN 4, DE 19 DE AGOSTO DE 2020 - Foz de Tapauá	Acordos de Pesca formalizados no Estado do Amazonas, por sua característica pode ser mensurado na categoria de instrumento de incentivo para reduzir a perda florestal
SEMA AMAZONAS	IN 5, DE 20 DE AGOSTO DE 2020 - RDS Piagaçu Purus	Acordos de Pesca formalizados no Estado do Amazonas, por sua característica pode ser mensurado na categoria de instrumento de incentivo para reduzir a perda florestal
SEMA ACRE	DECRETO Nº 9.025 DE 04 DE JUNHO DE 2018	Regulamenta a Lei Estadual nº 3.349, de 18 de dezembro de 2017, que instituiu o Programa de Regularização Ambiental das propriedades e posses rurais no âmbito do Estado do Acre PRA-Acre, e dá outras providências.
SEMA ACRE	RESOLUÇÃO CONJUNTA CEMACT/CFE/CEDRFS Nº 01, DE 18 DE MAIO DE 2018	Aprova a Matriz de Recomposição Florestal e a Lista de Espécies indicadas para a Recomposição Florestal, constantes nos anexos I e II, respectivamente, desta Resolução, como referência técnica para formulação dos Projetos de Recomposição de Áreas Degradas e Alteradas no âmbito do PRA-Acre.
SEMA ACRE	PORTARIA NORMATIVA N º 155 de 11 de junho de 2019	Define os procedimentos técnicos e administrativos orientadores para análise, nos casos de observância de polígonos de desmatamento nos processos de licenciamento ambiental de atividades rurais no Estado do Acre

UO	INSTRUMENTO	DESCRÇÃO
SEMA AMAZONAS	INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 03, DE 30 DE AGOSTO DE 2021	RECONHECE o Acordo de Pesca e estabelece regras para o manejo dos ambientes aquáticos do Rio Tupana, localizada nos municípios de Borba, Careiro e Manaquiri - AM.

ANEXO B – Lista de novas atividades em andamento monitoradas no 1º semestre de 2022.

UO	ATIVIDADE	LOCAL
ICMBIO	Investigar o efeito da atividade pesqueira em lagos com diferentes níveis de proteção e de manejo sobre a diversidade de peixes em áreas de várzea e avaliar os efeitos socioeconômicos e culturais das comunidades sujeitas a essas formas de manejo (PELD-DIVA)	Rebio do Abufari e RDS Piagaçu-Purus-AM
IDEFLORBIO	Elaborar o plano de gestão da APA Triunfo do Xingu e Flota do Iriri (realizar estudos socioeconômico, ambiental e fundiário e consolidação do plano)	APA Triunfo do Xingu, Flota do Iriri
IDEFLORBIO	Implementar os viveiros florestais implantados na APA Triunfo do Xingu	APA Triunfo do Xingu
IDEFLORBIO	Estruturar 1 viveiro na escola Familiar Rural da APA Triunfo do Xingu	APA Triunfo do Xingu
IDEFLORBIO	Implantar viveiros florestais	APA Triunfo do Xingu
IDEFLORBIO	Capacitar comunitários em produção de mudas	APA Triunfo do Xingu

UO	ATIVIDADE	LOCAL
SEDAM	Mobilizar produtores rurais por meio de mutirão para adesão ao PRA em 14 municípios	Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste Cacoal, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste Parecis, Santa Luzia D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras
SEDAM	Elaborar PRADAs e assinar Termo de Compromisso	Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cacoal, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Parecis, Santa Luzia D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras
SEMA AM	Realizar monitoramento dos acordos de pesca regulamentados pela SEMA e criar protocolo	
SEMA AM	Realizar estudo fundiário em 5 glebas estaduais para subsidiar o edital de concessão florestal	Gleba São Pedro (Borba), Glebas Mundo Novo e Bom Futuro (Manicoré) , Gleba Céu Aberto (Urucará) e Gleba Agronomia (Coari)
SEMA AM	Realizar Campanhas Educativas de Sensibilização ao Combate as Queimadas	Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã
SEMA AM	Implantar 05 Áreas de Coleta de Sementes - ACS	Humaitá
SEMA AM	Realizar 01 curso para técnicos/extensionistas voltado ao processo de regularização ambiental (Cadastro Ambiental Rural, Cadastro da Atividade da Agricultura Familiar e Licenciamento Ambiental)	Manaus
SEMA AM	Elaborar 07 Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala - PMFSPE para exploração de 2.100 hectares de área manejada	Canutama



UO	ATIVIDADE	LOCAL
SEMA AM	Realizar 01 curso de capacitação para técnicos voltado para o Manejo Florestal Sustentável	Manaus
SFB	Realizar estudo de modelagem técnica, jurídica e levantamento de áreas para concessão florestal por meio de reflorestamento	



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

ANEXO C – Lista de Unidades de Conservação criadas entre 2017 e 2021.

Nº	Instrumento Legal	Ano de Criação	Código UC	OG	Nome da UC	Área (ha)
1	Decreto s/nº de 05/06/2017	2017	0000.00.3519	ICMBio	PN dos Campos Ferruginosos	79.029
2	Decreto nº 9.333 de 05/04/2018	2018	0000.00.3651	ICMBio	RESEX de Itapetininga	16.294
3	Decreto nº 9.339 de 05/04/2018	2018	0000.00.3654	ICMBio	RESEX de Arapiranga-Tromáí	186.908
4	Decreto nº 9.340 de 05/04/2018	2018	0000.00.3653	ICMBio	RESEX da Baía do Tubarão	223.917
5	Decreto nº 9401, de 05/06/2018	2018	0000.00.3693	ICMBio	RESEX Baixo Rio Branco Jauaperi	581.230
6	Decreto nº 9638 de 26/12/2018	2018	não cadastrada	ICMBio	RESEX do Lago do Cuniã (ampliação)	18.809
7	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	não cadastrada	RO	RDS Limoeiro	18.020
8	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	não cadastrada	RO	PE Abaitará	152
9	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	não cadastrada	RO	PE Ilha das Flores	89.789

1 0	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	não cadastrada	RO	RDS Bom jardim	1.678
Total						1.215.827

ANEXO D – Pontuação da Tracking Tool para cada UC apoiadas pelo ARPA em 2017 e 2021.

ID CNUC	UNIDADE	Área (hectares) dados SNUC jan/19	Pontuação TT 2017	Pontuação TT 2021	Situação TT 2017 (0–33 =baixo; 34–66 =médio; 67–99 = alto)	Situação TT 2021 (0–33 =baixo; 34–66 =médio; 67–99 = alto)
47	ESEC da Terra do Meio	3.373.136	64	45	médio	médio
49	PARNA de Anavilhanas	350.236	69	64	alto	médio
56	ESEC Jutaí Solimões	289.514	43	33	médio	baixo
57	ESEC de Maracá	103.536	70	57	alto	médio
58	ESEC de Maracá-Jipioca	58.756	59	55	médio	médio
60	ESEC de Niquiá	306.401	60	52	médio	médio
67	ESEC do Jari	231.109	43	36	médio	médio
68	ESEC Rio Acre	78.383	60	53	médio	médio
72	ESEC Juami-Japurá	831.524	55	42	médio	médio
136	PARNA da Amazônia	1.066.302	54	56	médio	médio
149	PARNA da Serra do Divisor	836.220	50	55	médio	médio
151	PARNA da Serra do Pardo	445.394	48	34	médio	médio
163	PARNA de Pacaás Novos	708.680	36	55	médio	médio
169	PARNA do Cabo Orange	657.328	68	45	alto	médio
173	PARNA do Jaú	2.367.340	72	68	alto	alto
174	PARNA do Monte Roraima	115.120	40	55	médio	médio

179	PARNA do Viruá	214.954	84	55	alto	médio
187	PARNA Montanhas do Tumucumaque	3.835.266	59	58	médio	médio
188	PARNA Serra da Cutia	283.499	59	74	médio	alto
189	PARNA Serra da Mocidade	359.676	59	52	médio	médio
194	REBIO do Abufari	223.857	52	35	médio	médio
206	REBIO do Guaporé	614.526	65	65	médio	médio
207	REBIO do Gurupi	271.181	67	44	alto	médio
208	REBIO do Jaru	346.860	72	68	alto	alto
209	REBIO Lago Piratuba	392.468	63	55	médio	médio
210	REBIO do Rio Trombetas	407.755	75	57	alto	médio
211	REBIO do Tapirapé	99.272	71	55	alto	médio
213	REBIO de Uatumã	938.591	82	64	alto	médio
216	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	342.196	32	39	baixo	médio
218	RDS Itatupã-Baquíá	64.441	76	64	alto	médio
220	RESEX Auati-Paraná	146.948	68	53	alto	médio
221	RESEX Barreiro das Antas	106.111	67	78	alto	alto
222	RESEX Chico Mendes	931.005	61	47	médio	médio
223	RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	2.783	45	45	médio	médio
227	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana; RESEX Mestre Lucindo	30.179	51	46	médio	médio
228	RESEX de São João da Ponta/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande de Curuçá e RESEX Marinha Mocapajuba	3.409	64	38	médio	médio
230	RESEX Baixo Juruá	178.039	73	62	alto	médio

232	RESEX do Cazumbá-Iracema	755.651	57	53	médio	médio
235	RESEX Médio Juruá	286.955	72	55	alto	médio
238	RESEX do Rio Cautário	75.126	54	72	médio	alto
239	RESEX Rio Jutaí	275.513	61	40	médio	médio
241	RESEX Ipaú-Anilzinho	55.834	58	45	médio	médio
242	RESEX do Lago do Capanã Grande	304.309	61	46	médio	médio
243	RESEX Mãe Grande de Curuçá/Gestão integrada com RESEX Marinha Mocapajuba e RESEX de São João da Ponta	36.828	48	39	médio	médio
244	RESEX Mapuá	93.759	62	49	médio	médio
256	RESEX Rio Ouro Preto	204.632	69	83	alto	alto
257	RESEX Riozinho da Liberdade	324.901	56	53	médio	médio
258	RESEX Riozinho do Anfrísio	737.022	67	42	alto	médio
259	RESEX Tapajós-Arapiuns	674.205	56	56	médio	médio
260	RESEX Verde para Sempre	1.289.294	49	58	médio	médio
264	PARNA do Rio Novo	538.089	47	32	médio	baixo
267	PARNA do Jamanxim	858.860	43	45	médio	médio
273	RESEX Arióca Pruanã	83.817	43	49	médio	médio
274	RESEX Alto Tarauacá	154.133	61	58	médio	médio
279	RESEX de Cururupu	185.192	76	68	alto	alto
280	RESEX Rio Iriri	398.981	60	41	médio	médio
281	PARNA do Juruena	1.956.585	73	64	alto	médio
282	RESEX Terra Grande Pracuúba	194.857	48	15	médio	baixo
283	RESEX Rio Unini	849.688	75	69	alto	alto
284	PARNA Campos Amazônicos	961.311	65	64	médio	médio
285	RESEX Arapixi	133.703	66	60	médio	médio

292	RDS do Rio Iratapuru	873.577	52	50	médio	médio
448	PE Serra Ricardo Franco	156.915	42	46	médio	médio
451	ESEC Rio Ronuro	102.668	39	48	médio	médio
455	PE Igarapés do Juruena	223.758	65	49	médio	médio
463	RESEX Guariba-Roosevelt	137.659	50	47	médio	médio
470	PE Xingu	95.330	57	51	médio	médio
764	ESEC Samuel	65.124	34	46	médio	médio
765	PE Guajará-Mirim	205.049	65	43	médio	médio
768	ESEC Serra dos Três Irmãos	89.100	53	63	médio	médio
772	RESEX do Rio Pacaás Novos	346.245	64	63	médio	médio
774	PE Serra dos Reis	36.438	35	47	médio	médio
775	RESEX Estadual Rio Cautário	142.040	68	66	alto	médio
777	RESEX Rio Preto Jacundá	101.355	73	56	alto	médio
939	PE Chandless	693.005	73	79	alto	alto
981	RDS Amanã	2.303.460	52	79	médio	alto
982	RDS do Aripuanã/Mosaico Apuí	218.096	57	73	médio	alto
983	RDS Bararati/ Mosaico Apuí	110.813	57	73	médio	alto
985	RDS Cujubim	2.421.926	74	64	alto	médio
986	RDS Mamirauá	1.319.940	70	69	alto	alto
987	RDS Piagacú-Purus	800.907	65	68	médio	alto
988	RDS Rio Amapá	214.315	71	55	alto	médio
989	RDS Uacarí	620.301	87	63	alto	médio
990	RDS Uatumã	423.458	76	63	alto	médio
991	RESEX Catuá-Ipixuna	212.323	69	74	alto	alto
992	RESEX do Guariba/Mosaico Apuí	148.086	57	74	médio	alto
1004	PE Guariba/Mosaico Apuí	71.100	65	52	médio	médio

1006	PE Rio Negro Setor Sul/Gestao integrada com RDS Puranga Conquista	77.951	60	57	médio	médio
1007	PE Rio Negro Setor Norte	148.116	76	61	alto	médio
1009	PE do Sucunduri/Mosaico Apuí	796.208	57	69	médio	alto
1021	PE Serra dos Martírios/Andorinhas	25.032	75	69	alto	alto
1033	REBIO Maicuru	1.173.150	54	53	médio	médio
1034	ESEC Grão Pará	4.193.525	61	62	médio	médio
1487	PE Cantão	100.412	88	75	alto	alto
1495	PE Corumbiara	418.594	72	50	alto	médio
1506	RESEX Rio Gregório	427.004	76	70	alto	alto
1518	RESEX Rio Cajari	532.397	54	48	médio	médio
1573	RDS do Juma	580.782	68	62	alto	médio
1606	RESEX do Médio Purús	604.226	64	66	médio	médio
1626	PARNA Nascentes do Lago Jari	812.742	50	46	médio	médio
1628	RESEX Ituxí	776.323	55	56	médio	médio
1633	PARNA Mapinguari	1.776.926	49	55	médio	médio
1635	RESEX Rio Xingu	303.002	59	42	médio	médio
1730	RDS Rio Negro	102.978	72	67	alto	alto
1732	RDS Igapó-Açu	394.616	78	70	alto	alto
1733	RESEX Canutama	197.949	75	55	alto	médio
1735	RDS do Matupiri/Gestão integrada com PE Matupiri	177.009	80	59	alto	médio
1736	PE do Matupiri/Gestão integrada com RDS do Matupiri	509.601	74	57	alto	médio
1810	RESEX Renascer	209.657	56	56	médio	médio
1899	ESEC do Rio Roosevelt	97.966	44	31	médio	baixo

1901	PE Cristalino/Gestão integrada com PE Cristalino II ¹	59.020	47	63	médio	médio
1902	PE Cristalino II/Gestão integrada com PE Cristalino ¹	118.000	47	63	médio	médio
1977	RDS do Rio Madeira	279.631	70	67	alto	alto
3131	ESEC Alto Maués	666.788	15	45	baixo	médio
3132	RESEX Marinha Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande de Curuçá e RESEX de São João da Ponta	21.028	41	39	médio	médio
3133	RESEX Marinha Mestre Lucindo/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana	26.465	43	40	médio	médio
3134	RESEX Marinha Cuinarana/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo	11.036	34	40	médio	médio
3182	RDS Puranga Conquista/Gestão integrada com PE Rio Negro Setor Sul	86.028	60	60	médio	médio
3410	PARNA do Acari	896.407	N/A	39		médio
3411	REBIO do Manicoré	359.146	N/A	24		baixo

ANEXO E - Nível de consolidação por UC entre 2017 e 2021, conforme FAUC, das 114 UCs apoiadas desde 2017

CNUC	OG	UC	Grau I	Área (ha) CNUC jan/2019	Nível de Consolidação (GEF Paisagens)				
					2017	2018	2019	2020	2021
56	ICMBio	ESEC Jutaí-Solimões	I	289.514	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
58	ICMBio	ESEC de Maracá Jipioca	I	58.756	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	306.401	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
67	ICMBio	ESEC do Jari	I	231.109	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
136	ICMBio	PARNA da Amazônia	I	1.066.302	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
149	ICMBio	PARNA Serra do Divisor	I	836.220	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
188	ICMBio	PARNA Serra da Cutia	I	283.499	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
189	ICMBio	PARNA Serra Da Mocidade	I	359.676	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	223.857	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	342.196	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
218	ICMBio	RDS Itatupã-Baquiá	I	64.441	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
221	ICMBio	RESEX Barreiro das Antas	I	106.111	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
223	ICMBio	RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso	I	2.783	Alto	Baixo	Alto	Alto	Alto

227	ICMBio	RESEX Maracanã	I	30.179	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
228	ICMBio	RESEX São João da Ponta	I	3.409	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
235	ICMBio	RESEX Médio Juruá	I	286.955	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
238	ICMBio	RESEX do Rio Cautário – ICMBio	I	75.126	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
239	ICMBio	RESEX Rio Jutaí	I	275.513	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
241	ICMBio	RESEX Ipau Anilzinho	I	55.834	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
243	ICMBio	RESEX Mãe Grande Curuçá	I	36.828	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
244	ICMBio	RESEX Mapuá	I	93.759	Alto	Alto	Alto	Baixo	Alto
257	ICMBio	RESEX Riozinho da Liberdade	I	324.901	Médio	Alto	Alto	Alto	Médio
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	674.205	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
264	ICMBio	PARNA Rio Novo	I	538.089	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
273	ICMBio	RESEX Arioca pruanã	I	83.817	Médio	Médio	Médio	Alto	Médio
274	ICMBio	RESEX Alto Tarauaca	I	154.133	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
279	ICMBio	RESEX de Cururupu	I	185.192	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
281	ICMBio	PARNA Juruena	I	1.956.585	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
282	ICMBio	RESEX Terra Grandre Pracuúba	I	194.857	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto

283	ICMBio	RESEX Rio Unini	I	849.688	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
285	ICMBio	RESEX Arapixi	I	133.703	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
292	AP	RDS do Rio Iratapuru	I	873.577	Médio	Alto	Alto	Médio	Médio
448	MT	PE Serra Ricardo Franco	I	156.915	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Baixo
451	MT	ESEC Rio Ronuro	I	102.668	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
463	MT	RESEX Guariba-Roosevelt	I	137.659	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
470	MT	PE Xingu	I	95.330	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
764	RO	ESEC Samuel	I	65.124	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
768	RO	ESEC Serra dos Três Irmãos	I	89.100	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	346.245	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
774	RO	PE Serra dos Reis	I	36.438	Baixo	Médio	Alto	Alto	Alto
775	RO	RESEX estadual Rio Cautário	I	142.040	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
777	RO	RESEX Rio Preto-Jacundá	I	101.355	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
981	AM	RDS Amanã	I	2.303.460	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
982	AM	RDS do Aripuanã/Mosaico Apuí	I	218.096	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
983	AM	RDS Bararati/ Mosaico Apuí	I	110.813	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto

986	AM	RDS Mamirauá	I	1.319.940	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
987	AM	RDS Piagaçu Purus	I	800.907	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
988	AM	RDS Rio Amapá	I	214.315	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
990	AM	RDS Uatumã	I	423.458	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
992	AM	RESEX do Guariba/Mosaico Apuí	I	148.086	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1004	AM	PE Guariba/Mosaico do Apuí	I	71.100	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1006	AM	PE Rio Negro Setor Sul/RDS Puranga	I	77.951	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1009	AM	PE do Sucunduri/Mosaico Apuí	I	796.208	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1021	PA	PE Serra dos Martírios/Andorinhas	I	25.032	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1033	PA	REBIO de Maicuru	I	1.173.150	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto
1034	PA	ESEC do Grão-Pará	I	4.193.525	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto
1506	AM	RESEX Rio Gregório	I	427.004	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1518	ICMBio	RESEX Rio Cajari	I	532.397	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1573	AM	RDS do Juma	I	580.782	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1606	ICMBio	RESEX Médio Purus	I	604.226	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto
1626	ICMBio	PARNA Nascentes do Lago Jari	I	812.742	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto

1628	ICMBio	RESEX Rio Ituxi	I	776.323	Alto	Médio	Médio	Alto	Alto
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	I	1.776.926	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1730	AM	RDS Rio Negro	I	102.978	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1732	AM	RDS Igapó-Açu	I	394.616	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1733	AM	RESEX Canutama	I	197.949	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1735	AM	RDS Matupiri/Gestão integrada com PE Matupiri	I	177.009	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1736	AM	PE do Matupiri/Gestão integrada com RDS Matupiri	I	509.601	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1810	ICMBio	RESEX Renascer	I	209.657	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
1899	MT	ESEC do Rio Roosevelt	I	97.966	Baixo	Médio	Médio	Médio	Baixo
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	279.631	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	666.788	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba	I	21.028	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
3133	ICMBio	RESEX Marinha Mestre Lucindo	I	26.465	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
3134	ICMBio	RESEX Marinha Cuinarana	I	11.036	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Alto
3182	AM	RDS Puranga Conquista/Gestão integrada com PE Rio Negro Setor Sul	I	86.028	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
47	ICMBio	ESEC da Terra do Meio	II	3.373.136,30	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Baixo

49	ICMBio	PARNA de Anavilhas	II	350.235,80	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
57	ICMBio	ESEC de Maracá	II	103.536,08	Médio	Alto	Alto	Alto	Médio
68	ICMBio	ESEC Rio Acre	II	78.382,74	Médio	Médio	Médio	Médio	Baixo
72	ICMBio	ESEC Juami-Japurá	II	831.524,22	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
151	ICMBio	PARNA da Serra do Pardo	II	445.394,27	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
169	ICMBio	PARNA do Cabo Orange	II	657.328,41	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
173	ICMBio	PARNA do Jaú	II	2.367.339,85	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	214.954,39	Alto	Alto	Alto	Alto	Médio
187	ICMBio	PARNA Montanhas do Tumucumaque	II	3.835.265,77	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
207	ICMBio	REBIO do Gurupi	II	271.180,94	Médio	Médio	Baixo	Médio	Médio
208	ICMBio	REBIO do Jaru	II	346.860,31	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
209	ICMBio	REBIO Lago Piratuba	II	392.467,96	Baixo	Médio	Médio	Médio	Médio
210	ICMBio	REBIO do Rio Trombetas	II	407.755,42	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
211	ICMBio	REBIO do Tapirapé	II	99.271,74	Alto	Alto	Alto	Alto	Médio
213	ICMBio	REBIO do Uatumã	II	938.591,06	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
220	ICMBio	RESEX Auati-Paraná	II	146.947,72	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

222	ICMBio	RESEX Chico Mendes	II	931.004,86	Médio	Médio	Médio	Baixo	Baixo
230	ICMBio	RESEX Baixo Juruá	II	178.039,49	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
232	ICMBio	RESEX Cazumbá-Iracema	II	755.651,09	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
242	ICMBio	RESEX do Lago do Capanã Grande	II	304.309,30	Médio	Médio	Baixo	Médio	Médio
256	ICMBio	RESEX Rio Ouro Preto	II	204.631,75	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
258	ICMBio	RESEX Riozinho do Anfrísio	II	737.022,09	Baixo	Médio	Médio	Médio	Baixo
260	ICMBio	RESEX Verde para Sempre	II	1.289.293,80	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
267	ICMBio	PARNA do Jamanxim	II	858.860,00	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
280	ICMBio	RESEX Rio Iriri	II	398.981,25	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo
284	ICMBio	PARNA dos Campos Amazônicos	II	961.310,67	Alto	Alto	Alto	Alto	Médio
455	MT	PE Igarapés do Juruena	II	223.757,71	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
765	RO	PE Guajará-Mirim	II	205.049,14	Alto	Alto	Alto	Alto	Médio
939	AC	PE Chandless	II	693.004,72	Médio	Alto	Alto	Alto	Baixo
985	AM	RDS Cujubim	II	2.421.925,60	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
989	AM	RDS Uacari	II	620.301,28	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
991	AM	RESEX Catuá-Ipixuna	II	212.323,18	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio

1007	AM	PE Rio Negro Setor Norte	II	148.116,31	Médio	Médio	Médio	Médio	Médio
1487	TO	PE Cantão	II	100.411,88	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
1495	RO	PE Corumbiara	II	418.594,11	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	303.002,36	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Baixo
1901	MT	PE Cristalino/Gestão integrada com PE Cristalino II ¹	II	59.020	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo

ANEXO F - Nível de consolidação por UC entre 2017 e 2021 das 6 UCs que passaram a receber apoio a partir de 2017

CNUC	OG	UC	Grau I	Área (ha) CNUC jan/2019	Nível de Consolidação (GEF Paisagens)				
					2017	2018	2019	2020	2021
206	ICMBio	REBIO do Guaporé	I	614.526	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
163	ICMBio	PARNA de Pacaás Novos	I	708.680	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Médio
174	ICMBio	PARNA do Monte Roraima	I	115.120	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
3410	ICMBio	PARNA do Acari	*	896.407	N/A	N/A	N/A	N/A	Baixo
3411	ICMBio	REBIO do Manicoré	*	359.146	N/A	N/A	N/A	N/A	Baixo
1902	MT	PE Cristalino II/Gestão integrada com PE Cristalino ¹	II	118.000,00	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo	Baixo

